



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/05/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/05/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

Aos dezasseis dias do mês de maio de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 9:45 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. **8.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013**
2. **REQ. N.º 520/13 – PC N.º 74/10 – MANUEL MARIA FERREIRA HENRIQUES**
3. **REQ. N.º 543/13 – PC N.º 84/11 – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES**
4. **REQ. N.º 492/13 – PC N.º 168/12 – SELMA CARINA DA CUNHA RODRIGUES DA CONCEIÇÃO**
5. **REQ. N.º 609/13 – PC N.º 335/08 – SARA ALESSANDRA CANALE**
6. **REQ. N.º 255/13 – PC N.º 60/2013 – TIAGO DOS SANTOS JESUS**
7. **REQ. N.º 2075/11 – PC N.º 161/08 – MANUEL AZENHA FAJARDO**
8. **REQ. N.º 2962/08 – PC N.º 25/08 – SOLPEDROSAS – CONSTRUÇÕES, LDA.**
9. **REQ. N.º 1528/11 – PC N.º 251/09 – CRISTIANA SOFIA ALVES MATOS DUARTE**

10. REQ. N.º 156/12 – PC N.º 204/10 – MENDES OLIVEIRA & COMPANHIA, LDA.
11. REQ. N.º 1178/08 – PC N.º 52/04 – RUI LISBOA DA FONSECA, UNIPessoal, LDA.
12. REQ. N.º 633/11 – PC N.º 140/10 – MARIA ELISA TOMÉ PEREIRA ALFAIATE, MARIA JÚLIA TOMÉ PEREIRA NATÁRIO E JOSÉ CARVALHO MARTINS ALGARVIO
13. REQ. N.º 1702/11 – PC N.º 355/07 – PEREIRA, COSTA E GAMEIROS, LDA.
14. REQ. N.º 1256/11 – PC N.º 08/09 – UWE KARL KURT DUKOWSKY
15. REQ. N.º 175/10 – PC N.º 387/08 – PAULO JORGE CARPINTEIRO SILVA VAZ
16. REQ. N.º 245/11 – PC N.º 92/10 – ANACLETO DA SILVA RODRIGUES
17. REQ. N.º 1509/11 – PC N.º 171/07 – ILIDIO FERNANDES DA COSTA
18. PROCESSO N.º 250/08 – TITULAR VÍTOR ANTÓNIO LEGASPI TAPIA -
APRECIACÃO DE ALEGAÇÕES APRESENTADAS EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA
E DELIBERAÇÃO FINAL
19. PROC. 453/07 – TITULAR: HOTÉIS CRISTAL – EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS,
S.A. – ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES PROFERIDAS EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA
- DELIBERAÇÃO FINAL.
20. PROCESSO DE SELEÇÃO, DESTINADO À ESCOLHA DE TITULAR DE CARGO DE
DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU - CHEFE DA DIVISÃO FINANCEIRA E DE
TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO
21. PROCESSO DE SELEÇÃO, DESTINADO À ESCOLHA DE TITULAR DE CARGO DE
DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU - CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E
MODERNIZAÇÃO
22. PROCESSO DE SELEÇÃO, DESTINADO À ESCOLHA DE TITULAR DE CARGO DE
DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU - CHEFE DA DIVISÃO JURÍDICA E DE
COMUNICAÇÃO
23. PROCESSO DE SELEÇÃO, DESTINADO À ESCOLHA DE TITULAR DE CARGO DE
DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU - CHEFE DA DIVISÃO DE ORDENAMENTO
DO TERRITÓRIO
24. PROCESSO DE SELEÇÃO, DESTINADO À ESCOLHA DE TITULAR DE CARGO DE
DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU - CHEFE DA DIVISÃO DE CIDADANIA E
DESENVOLVIMENTO

25. PROCESSO DE SELEÇÃO, DESTINADO À ESCOLHA DE TITULAR DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU - CHEFE DA DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS URBANOS
26. PROCESSO DE SELEÇÃO, DESTINADO À ESCOLHA DE TITULAR DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU - CHEFE DE UNIDADE PARA A DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO
27. PROCESSO DE SELEÇÃO, DESTINADO À ESCOLHA DE TITULAR DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU - CHEFE DE UNIDADE PARA A DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
28. APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE
29. REVOGAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
30. APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM EQUIPAMENTO E MOBILIÁRIO URBANO
31. APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE.
32. RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 89/AP/GAP/2013
33. ANULAÇÃO DE GUIAS DE RECEITA
34. “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - CASA DA CULTURA” – CP N.º 06/2010 – TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO N.º 191, TOMADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 22 DE ABRIL DE 2013
35. PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 75.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2013 – RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE ABRIL DE 2013.
36. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS PRAIAS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE PARA A ÉPOCA BALNEAR 2013

37. INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA – RECLAMAÇÃO – STEPAN TOMASHCHUK – DELIBERAÇÃO FINAL
38. REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE À TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 2.º ESQUERDO DO BLOCO 5 SITO NA RUA PROFESSOR MELO VIEIRA, CASAL DE MALTA – MARIA ISMÉNIA COSTA PEREIRA – POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.
39. RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO N.º 589, TOMADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 15 DE JULHO DE 2010, COM O TÍTULO: “ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA DE INQUILINA RESIDENTE NA RUA DA CHARNEQUINHA, BLOCO 44 RÉSDO-CHÃO ESQUERDO, MOITA: CARLA SOFIA PAULO DE JESUS.”
40. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- O **Sr. Presidente** solicitou a apreciação e votação, fora da ordem do dia, de onze processos de obras particulares, que identificou e cujas propostas foram antecipadamente enviadas por e-mail a todos os membros do executivo, pelo que foram por todos aceites, sendo os mesmos discutidos e votados após a votação dos processos de obras particulares incluídos na ordem do dia da presente reunião.

O **Sr. Presidente** solicitou ainda a apreciação, também fora da ordem do dia, de mais dois assuntos, que identificou, o que foi por todos aceite, pelo que os mesmos serão discutidos e votados após a conclusão da ordem do dia da presente reunião.

O **Sr. Presidente** informou que ainda não tem todas as respostas às questões colocadas na última reunião, designadamente as que implicam a intervenção da Divisão Jurídica, em virtude do Chefe da Divisão se encontrar ausente por falecimento de familiar.

- O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** colocou as seguintes questões:

- ⇒ Pediu explicações sobre a não distribuição de habitação social a um munícipe.
- ⇒ TUMG – já começam a ser muito depreciativas as apreciações ao serviço prestado, bem como à segurança e limpeza dos próprios autocarros. Como cabe à Administração da empresa acompanhar esta situação, pergunta se a

Câmara sabe disto ou se lhe foi dada alguma informação, e se é verdade que haverá salários em atraso.

⇒ Ouviu a intervenção do Secretário de Estado das Florestas na Assembleia da República sobre a questão das matas, em que diz que teve uma reunião com o Presidente da Câmara e que este concordou com tudo aquilo que foi dito e com o facto de que aquela zona da mata não reunia condições de segurança para ser aberta. Face a esta intervenção e às informações aqui trazidas pelo Presidente, pergunta quem é que afinal tem razão?

▪ **O Sr. Vereador Dr. António Santos colocou as seguintes questões:**

⇒ Foi questionado por um munícipe sobre o resultado do concurso para o bar da Casa da Cultura, ao qual concorreu e ainda não sabe nada.

⇒ As obras nas instalações da antiga fábrica IVIMA estão acabadas e estão muito bem, mas as infraestruturas de água e luz só foram feitas agora. Parece-lhe que há aqui um desfasamento e encargos suportados que talvez fossem desnecessários.

▪ **A Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho colocou as seguintes questões:**

⇒ Tendo em consideração a explicação prestada pelo Sr. Presidente, pretende as respostas às questões que colocou na última reunião e que não sejam matéria do Gabinete Jurídico.

⇒ Pretende saber qual o procedimento adotado quando as pessoas não pagam a água, como funciona o aviso de corte, se há aviso e qual o seu teor.

⇒ Para obras de remodelação, e quando se precisa de pedir a licença de utilização, qual o prazo que a Câmara tem para responder, e se neste caso, apesar da responsabilidade do técnico, há necessidade de vistoria.

⇒ Manifestou a sua preocupação sobre a situação no SAP, porque parece que não há médicos e já houve confrontos. A Câmara sabe concretamente o que se passou e de que forma pode atuar nesta luta de manutenção do SAP e dos cuidados básicos de saúde?

▪ **O Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho colocou mais uma vez a questão sobre o prazo de conclusão das obras da Resinagem e da Casa da Cultura.**

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que as obras estão a andar bem, e neste momento não tem previsão para a conclusão devido às suspensões. As obras da fase 1 da Casa da Cultura estão concluídas. Na próxima semana há uma reunião para afinar os pormenores que estão por concluir e aí dar a obra por concluída.

O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** referiu que convém reunir todas as condições efectivas para o estabelecimento de um prazo para conclusão das obras.

O Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu ainda às seguintes questões:

- ⇒ TUMG – já pediu à empresa para fazer uma vistoria de forma anónima para verificar a forma como o serviço é prestado. O prestador de serviços é a empresa Vale do Ave, e na 3.ª feira confirmou-se que tinham os salários em dia, embora já tivesse havido salários em atraso. Vai fazer uma reunião com o Gabinete Jurídico para analisar o contrato e as suas cláusulas.
- ⇒ Bar da Casa da Cultura – o processo deve estar em análise com o júri e depois para a adjudicação terá que vir a reunião de Câmara.
- ⇒ IVIMA – o que estiveram a fazer não são obras mas sim as ligações de água e saneamento à rede pública. As únicas obras necessárias são a reposição de algumas telhas que voaram com o mau tempo.

O Sr. Presidente respondeu às seguintes questões:

- ⇒ Relativamente à questão colocada sobre as matas, respondeu que não viu a intervenção do Secretário de Estado das Florestas mas mantém tudo o que disse. Ofereceu os serviços da Câmara e foi informado de que só os madeireiros podiam intervir. Manifestou sempre a sua discordância em relação aos prazos e procedimentos para a venda da madeira e para a desobstrução da zona, e sempre pressionou para que pudesse estar desobstruída na 5.ª feira da Ascensão. Houve reuniões com o ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, a Proteção Civil concelhia e distrital, tendo a nossa Proteção Civil colaborado para que fossem colocados os sinais.

O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** referiu que o poder central tem que ser confrontado com a situação e com as medidas que têm sido tomadas pela Câmara, responsabilizando o Secretário de Estado por qualquer situação mais grave, agora que se avizinha a época dos fogos.

O **Sr. Presidente** entende que tem feito tudo o que tem sido necessário, tendo até já pedido uma entrevista com a Ministra Assunção Cristas, cuja marcação aguarda.

- ⇒ Sobre o SAP referiu que não possui informação, mas já teve uma reunião com o Diretor do Centro da Marinha Grande e pediu uma reunião com o Presidente da ARS de Coimbra, pois os médicos têm-se reformado mas não têm sido colocados novos e as unidades de saúde não foram implementadas.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/05/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

- O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** perguntou uma vez mais como está a situação da ligação do saneamento na Pedra e Fonte Santa, e se já foram tomadas algumas medidas tendo em conta as dificuldades económicas de muitos dos moradores.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que têm sido deferidos todos os pedidos de pagamento em prestações e grande parte dessa zona tem as ligações feitas.

O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** concluiu que não têm sido tomadas nenhuma medidas, uma vez que este é o procedimento regulamentar.

Na sequência dos vários processos para declaração de caducidade, o **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** solicitou à Câmara que em relação a cada caso sejam informadas as várias tentativas feitas com o requerente e que sejam integradas no próprio texto da deliberação.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - 8.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013

402 - Presente proposta da 8ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

8ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2013, no valor de 80.309,04 euros nos reforços e de 80.309,04 euros nas anulações;

6.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2013 no valor de 25.500,00 euros nos reforços e de 25.500,00 euros nas anulações;

8.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2013 no valor de 500,00 euros nos reforços e de 29.624,00 euros nas anulações;

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, **delibera aprovar a 8ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, nos termos da alínea d), do nº 2, do art. 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - REQ. N.º 520/13 – PC N.º 74/10 – MANUEL MARIA FERREIRA HENRIQUES

403 - Presente pedido de licenciamento (Proc. nº 74/10), em nome de Manuel Maria Ferreira Henriques, referente à legalização da construção de anexos existentes, localizados na Rua 1.ª de Janeiro, lugar de Amieirinha, freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 13/12/2012.

Presentes projetos das especialidades, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2012, de 30 de março e da Lei n.º 28/2012, de 2 de setembro.

Presente informação técnica dos serviços de 22/04/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades aptos a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de licenciamento, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Decreto-Lei n.º 26/2012, de 30 de março e da Lei n.º 28/2012, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**
- 3. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 543/13 – PC N.º 84/11 – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES

404 - Presente processo de licenciamento, em nome de Associação Portuguesa de Deficientes, com o NIPC 501 129 430, com sede na Travessa de Vieira de Leiria, n.º 15, fração B, Marinha Grande, para a alteração de uso de um estabelecimento para centro de atendimento/acompanhamento e animação para pessoas com deficiência, de uma fração destinada a comércio, existente na Travessa de Vieira de Leiria, n.º 15, fração B, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16636-B e na matriz predial urbana sob o n.º 9569, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 18/04/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

Presente cópia do alvará de licença de utilização da fração cujo uso se pretende alterar, com o n.º 35/2001;

Presentes pareceres externos favoráveis de Instituto de Segurança Social (ISP), Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) e Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC), contendo este último um conjunto de condicionalismos que se transcrevem e passam a integrar o texto da presente deliberação.

A Câmara Municipal deliberou:

Deferir o processo de licenciamento, em nome de Associação Portuguesa de Deficientes, com o NIF 501 129 430, com sede na Travessa de Vieira de Leiria, n.º 15, fração B, Marinha Grande, para a alteração de uso de um estabelecimento para centro de atendimento/acompanhamento e animação para pessoas com deficiência, de uma fração destinada a comércio, existente na Travessa de Vieira de Leiria, n.º 15, fração B, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16636-B e na matriz predial urbana sob o n.º 9569, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. *“Desde que seja cumprido na íntegra o exposto no projeto e demais legislação aplicável.*
2. *Tendo em linha de conta o tipo de ventilação descrito no presente projecto, deverá ser tida especial atenção à atmosfera de trabalho, especialmente aquando do seu uso em atividades que obriguem à permanência de pessoas nos gabinetes durante longos períodos de tempo (artigo 10.º do DL n.º 243/86).”*

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 492/13 – PC N.º 168/12 – SELMA CARINA DA CUNHA RODRIGUES DA CONCEIÇÃO

405 - Presente Pedido de Licenciamento (Processo nº 168/12), em nome de Selma Carina da Cunha Rodrigues da Conceição, referente à obra de Instalação de um centro infantil de *baybysitting*, num espaço existente correspondente à fração autónoma designada pela letra “A”, destinada a comércio e/ou serviços, de um edifício localizado na Avenida José

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/05/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

Gregório, Freguesia de Marinha Grande, constituído no regime de Propriedade Horizontal, aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 10/01/2013. Presente informação técnica dos serviços de 30/04/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Dec-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da lei nº 28/2012, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N.º 609/13 – PC N.335/08 – SARA ALESSANDRA CANALE

406 - Presente pedido de licenciamento (Processo nº 335/08), em nome de Sara Alessandra Canale, referente à legalização de alterações de moradia unifamiliar e muros, localizada num prédio sito na Praceta Pinhal do Rei, nº 1, lugar de S. Pedro de Moel, freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 18/10/2012.

Presente informação técnica dos serviços de 30/04/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Dec-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da lei nº 28/2012, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação,

requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos do art. 94.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, as obras de construção civil a levar a efeito nas praias do Concelho, ficam suspensas entre o dia 1 de Julho e 31 de Agosto.
4. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor, 3 abstenções dos Srs. Vereadores Dr. António Santos, Dr. Vítor Pereira e Dr.ª Alexandra Dengucho e 1 voto contra do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

6 - REQ. N.º 255/13 – PC N.º60/2013 – TIAGO DOS SANTOS JESUS

407 - Presente requerimento apresentado por Tiago dos Santos Jesus, com o NIF 135548470, a solicitar a realização de vistoria ao imóvel sito em Rua 1.º de Dezembro, n.º 13, lugar de Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande, em virtude de o mesmo apresentar anomalias nas janelas, na casa de banho, no saneamento e demais infraestruturas do imóvel, que podem pôr em causa as condições de habitabilidade do mesmo.

Presente parecer emitido pelos serviços em 29/04/2013, a enquadrar devidamente a pretensão.

A Câmara Municipal analisou o pedido apresentado por Tiago dos Santos Jesus, com o NIF 135548470, a solicitar a realização de vistoria ao imóvel sito em Rua 1.º de Dezembro, n.º 13, lugar de Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande, em virtude de o mesmo apresentar anomalias nas janelas, na casa de banho, no saneamento e demais infraestruturas do imóvel, que podem pôr em causa as condições de habitabilidade, bem como o parecer técnico dos serviços e concordando com os fundamentos de facto e de direito dele constantes, delibera, nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com a redação do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e da Lei n.º 28/2010, de 02/09, determinar a realização de vistoria ao imóvel sito em Rua 1.º de Dezembro, n.º 13, lugar de Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande, propriedade António Rodrigues Antunes, residente na Rua do Brejo, n.º 166, lugar de Caxieira – Santa Eufémia, Leiria, para verificação da eventual existência de más condições de salubridade, agendando-se a mesma para dia 28/05/2013, pelas 11h00, devendo o auto a elaborar conter as menções constantes do n.º 4 do mencionado artigo.

Mais deliberou, nos termos do nº 1 do artigo 90.º RJUE, designar os elementos que constituirão a comissão que efetuará a vistoria:

- 1) Membros efetivos**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Alexandre Fava
Eng.º Vasco Fernandes
- 2) Membros suplentes**
Engenheira Maria João Oliveira
Arquiteto Ricardo Santos
Dra. Eunice Marques

Deliberou, ainda, informar o proprietário do imóvel que poderá, nos termos do n.º 3 do referido artigo 90.º, indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos que deverão ser respondidos pelos técnicos que compõem a respetiva comissão.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

7 - REQ. N.º 2075/11 – PC N.º 161/08 – MANUEL AZENHA FAJARDO

408 - Presente Processo de Licenciamento n.º 22/02, referente à obra de construção de uma moradia unifamiliar, anexo e muros de vedação, levada a efeito num prédio rústico localizado no Lugar de Comeira, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Licença de Utilização n.º 158/07, de 06/12.

Presente informação técnica datada de 2013-04-23, a qual, após análise do processo, considerando o prazo conferido para requerer a emissão do alvará de licença de alterações, o qual, conforme comunicado pelo ofício n.º 970/11, de 17/11/2011, terminou a 25/10/2012, propõe informar o requerente da caducidade a operar sobre o processo em epígrafe, em sede de audiência prévia ao interessado, em conformidade com o n.º 2 do artigo 71º do RJUE- Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2013-04-23, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

- 1. Considerando que o interessado, Manuel Azenha Fajardo com NIF 107966859, residente na rua do Corgo Norte, n.º 26, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, foi notificado em 25/10/2010, pelo ofício n.º 1182/10 de 19/10/2010 da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento de uma obra de alteração de muros de vedação existentes, com a abertura de vãos para colocação de portões e aumento da altura do muro de vedação interior,**

passando a dispor de uma altura máxima de 1,80m, tomada em reunião camarária de 14/10/2010;

2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação, o interessado tinha o prazo de um ano para requerer a emissão do respetivo alvará, ou seja, até 26/10/2011 (n.º 1 do artigo 71.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro);
3. Considerando que o prazo inicialmente conferido foi prorrogado por mais um ano, a requerimento do interessado, por despacho de 14/11/2011, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo 76.º do citado diploma, comunicado ao interessado pelo ofício n.º 970/11, de 17/11/2011, rececionado a 23/11/2011;
4. Considerando que o decurso desse prazo, 26/10/2012, sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º RJUE;
5. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

Delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar, o requerente, Manuel Azenha Fajardo com NIF 107966859, residente na rua do Corgo Norte, n.º 26, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 161/08, para construção de pedido de licenciamento de uma obra de alteração de muros de vedação existentes na Rua do Corgo Norte n.º 26, pressupondo a abertura de vãos para colocação de portões e aumento da altura do muro de vedação interior, passando a dispor de uma altura máxima de 1,80m.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N.º 2962/08 – PC N.º 25/08 – SOLPEDROSAS – CONSTRUÇÕES, LDA.

409 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de alteração destinada à instalação de estabelecimento de restauração e bebidas – “Restaurante Merendas Parque”, a que foi atribuído o número de processo 25/08, incidente sobre um prédio sito na Rua da Portela, Lugar de Portela, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por SOLPEDROSAS – Construções, Lda., com o NIF n.º 506863433, com sede na Rua da Portela, n.º 73A, Lugar de Portela, Freguesia de Marinha Grande.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/05/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

Presente informação técnica datada de 29/04/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica que propõe a declaração de caducidade da licença para a realização da operação urbanística, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, e do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

“Face à ausência do pedido de emissão do alvará que titula a aprovação do projeto de licenciamento das obras de alteração destinadas à instalação de estabelecimento de restauração e bebidas – “Restaurante Merendas Parque”, a que foi atribuído o número de processo 25/08, incidente sobre um prédio sito na Rua da Portela, Lugar de Portela, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por SOLDPEDROSAS – Construções, Lda., com o NIF n.º 506863433, com sede na Rua da Portela, n.º 73A, Lugar de Portela, Freguesia de Marinha Grande, no prazo de 1 ano previsto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, adiante RJUE, com prorrogações concedidas por despachos de 2009/12/18 e 2010/11/29, estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença concedida por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal datada de 2008/11/27, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 71.º do mencionado RJUE.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N.º 1528/11 – PC N.º 251/09 – CRISTIANA SOFIA ALVES MATOS DUARTE

410 - Presente projeto de alteração ao uso do edifício para salão de cabeleireiro, a que foi atribuído o número de processo 251/09, incidente sobre um prédio urbano sito em Rua 10 de Junho, fração A, Lugar de Picassin, freguesia de Marinha Grande, apresentado por Cristiana Sofia Alves Matos Duarte, NIF n.º 194348288, com residência em Rua do Lamarão, n.º 29-1.º Esq.º, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 2010/09/02.

Presente informação técnica datada de 2013/04/24, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 2010/09/02, foi deferido o projeto de arquitetura referente ao pedido de alteração ao uso do edifício para salão de cabeleireiro, incidente sobre um prédio urbano sito em Rua 10 de Junho, fração A, Lugar de Picassin, freguesia de Marinha Grande;

-O titular do processo de licenciamento nº 251/09, Cristiana Sofia Alves Matos Duarte, NIF nº 194348288, com residência em Rua do Lamarão, nº 29-1.º Esq.º, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, foi regularmente notificado pelo ofício nº 942/12, de 2012/10/30, rececionado em 2012/11/07, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de arquitetura, por não terem sido apresentados os projetos das especialidades;

-Para o efeito foram-lhe fixados 30 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 2012/12/19;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de seis meses, previsto no nº 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, bem como o prazo de suspensão de seis meses, previsto no nº 6 do mesmo artigo, sem que o titular do processo nº 251/09, Cristiana Sofia Alves Matos Duarte, tenha apresentado os projetos das especialidades, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 6 do referido artigo 20.º do RJUE, delibera declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura referente ao pedido de alteração ao uso do edifício para salão de cabeleireiro, sito em Rua 10 de Junho, fração A, Lugar de Picassinos, freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no nº 6 do mesmo artigo e diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N.º 156/12 – PC N.º 204/10 – MENDES OLIVEIRA & COMPANHIA, LDA.

411 - Presente pedido de licenciamento do projeto de legalização de alterações e ampliação de um edifício misto, composto por um estabelecimento de bebidas e três espaços destinados a comércio ou serviços, a que foi atribuído o número de processo 204/10, incidente sobre um prédio urbano sito nas Ruas Pereira Crespo e Marquês de Pombal, freguesia de Marinha Grande, apresentado por Mendes Oliveira & Companhia, Lda. NIPC nº 500190518, com sede na Rua Marquês de Pombal, nº 15-1.º andar, Freguesia de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 2011/04/07.

Presente informação técnica datada de 2013/04/26, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 2011/04/07, foi deferido o projeto de arquitetura referente à legalização de “Alterações e Ampliação de um Edifício Misto”, composto por um estabelecimento de bebidas e três espaços destinados a comércio ou serviços, incidente sobre um prédio urbano sito nas Ruas Pereira Crespo e Marquês de Pombal, freguesia de Marinha Grande.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/05/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

-O titular do processo de licenciamento nº 204/10, Mendes Oliveira & Companhia, Lda. NIPC nº 500190518, com sede na Rua Marquês de Pombal, nº 15-1.º andar, Freguesia de Marinha Grande, foi regularmente notificado pelo ofício nº 936/12, de 2012/10/26, rececionado em 2012/10/31, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do ato que aprovou o respetivo projeto de arquitetura, por não terem sido apresentados os projetos das especialidades dentro do prazo de 6 meses previsto no nº 1 do artigo 20.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei nº 28/2010, de 2 de setembro e após o termo do prazo de suspensão previsto no mencionado nº 6 do mesmo artigo;

-Para o efeito foram-lhe fixados 30 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 2012/12/12;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de seis meses, previsto no nº 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, bem como o prazo de suspensão de seis meses, previsto no nº 6 do mesmo artigo, sem que o titular do processo nº 204/10, Mendes de Oliveira & Companhia, Lda. tenha apresentado os projetos das especialidades, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 6 do referido artigo 20.º do RJUE, delibera declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura referente à legalização de “Alterações e Ampliação de um Edifício Misto”, composto por um estabelecimento de bebidas e três espaços destinados a comércio ou serviços, sito nas Ruas Pereira Crespo e Marquês de Pombal, freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no nº 6 do mesmo artigo e diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N.º 1178/08 – PC N.º 52/04 – RUI LISBOA DA FONSECA, UNIPESSOAL, LDA.

412 - Presente pedido de licenciamento de projeto de construção de um edifício de habitação e comércio/serviços, composto por cave, rés-do-chão, 1.º e 2.º andares e piso recuado, a que foi atribuído o número de processo 52/04, incidente sobre um prédio urbano sito no Gaveto das Ruas Dr. Pedro Viana e das Flores e Travessa das Flores, freguesia de Marinha Grande, apresentado por Rui Lisboa da Fonseca, Unipessoal, Lda., NIF nº 505098660, com sede na Rua da Bela Vista, Lote 39, Urbanização Casais de S. Romão, Freguesia de Pousos e Concelho de Leiria, cujo projeto de arquitetura foi aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 2010/12/09.

Presente informação técnica datada de 2013/04/26, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 2010/12/09, foi deferido o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento de projeto de construção de um edifício de habitação e comércio/serviços, composto por cave, rés-do-chão, 1.º e 2.º andares e piso recuado, incidente sobre um prédio urbano sito no Gaveto das Ruas Dr. Pedro Viana e das Flores e Travessa das Flores, Freguesia de Marinha Grande
- O titular do processo de licenciamento nº 52/04, Rui Lisboa da Fonseca, Unipessoal, Lda., NIPC nº 505098660, com sede na Rua da Bela Vista, Lote 39, Urbanização Casais de S. Romão, Freguesia de Pousos e Concelho de Leiria, foi regularmente notificado pelo ofício nº 1132/12, de 2012/12/26, rececionado em 2013/01/02, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de arquitetura, por não terem sido apresentados os projetos das especialidades dentro do prazo de 6 meses previsto no n.º 1 do artigo 20.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro e após o termo do prazo de suspensão previsto no mencionado n.º 6 do mesmo artigo;
- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 2013/01/23;
- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de seis meses, previsto no nº 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, bem como o prazo de suspensão de seis meses, previsto no n.º 6 do mesmo artigo, sem que o titular do processo nº 52/04, Rui Lisboa da Fonseca, Unipessoal, Lda., tenha apresentado os projetos das especialidades, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 6 do referido artigo 20.º do RJUE, delibera declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura referente ao projeto de construção de um Edifício de Habitação e Comércio/Serviços, composto por cave, rés-do-chão, 1.º e 2.º andares e piso recuado, sito no Gaveto das Ruas Dr. Pedro Viana e das Flores e Travessa das Flores, em plena Área do Centro Tradicional da Marinha Grande, freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no n.º 6 do mesmo artigo e diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N.º 633/11 – PC N.º 140/10 – MARIA ELISA TOMÉ PEREIRA ALFAIATE, MARIA JÚLIA TOMÉ PEREIRA NATÁRIO E JOSÉ CARVALHO MARTINS ALGARVIO

413 - Presente pedido de licenciamento de projeto de construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, com destaque de parcela, a que foi atribuído o número de processo

140/10, incidente sobre um prédio sito na Rua Isabel Valgrande Parracho, freguesia de Vieira de Leiria, apresentado por Maria Elisa Tomé Pereira Alfaiate, NIF n.º 117847780, com residência na Rua da Marinha Grande, n.º 28, por Maria Júlia Tomé Pereira Natário, NIF n.º 121067475, com residência na Rua Joaquim Tomé Feteira, n.º 55, e por José Carvalho Martins Algarvio, NIF n.º 121672921, com residência na Rua A, N.º 12, Talhões, todos da Freguesia de Vieira de Leiria e Concelho de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na Reunião de Câmara de 24/02/2011.

Presente informação técnica datada de 29/04/2013, sobre o limite do prazo concedido aos requerentes para em sede de audiência prévia, pronunciarem-se sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 24/02/2011, foi deferido o pedido de licenciamento da construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, com destaque de parcela, incidente sobre um prédio sito na Rua Isabel Valgrande Parracho, freguesia de Vieira de Leiria, Concelho de Marinha Grande

- Os titulares do processo de licenciamento nº 140/10, Maria Elisa Tomé Pereira Alfaiate, NIF n.º 117847780, com residência na Rua da Marinha Grande, n.º 28, Freguesia de Vieira de Leiria, Maria Júlia Tomé Pereira Natário, NIF n.º 121067475, com residência na Rua Joaquim Tomé Feteira, n.º 55, Freguesia de Vieira de Leiria e José Carvalho Martins Algarvio, NIF n.º 121672921, com residência na Rua A, N.º 12, Talhões, Freguesia de Vieira de Leiria, foram regularmente notificados pelos ofícios nº 299/13, 312/13 e 313/13, respetivamente, datados de 25/03/2013, rececionados em 28/03/2013, para se pronunciarem em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;

- Para o efeito foram-lhes fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 18/04/2013;

- Durante este prazo os titulares do processo nada alegaram;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um ano previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que os titulares do processo nº 140/10, Maria Elisa Tomé Pereira Alfaiate, Maria Júlia Tomé Pereira Natário e José Carvalho Martins Algarvio tenham solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenham apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera declarar a caducidade do licenciamento do projeto de construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, com destaque de parcela, Freguesia de Vieira de Leiria, ao abrigo do referido no nº 2 do mesmo artigo e diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N.º 1702/11 – PC N.º 355/07 – PEREIRA, COSTA E GAMEIROS, LDA.

414 - Presente pedido de licenciamento de construção de edifício habitacional e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 355/07, incidente sobre um prédio sito no gaveto da Rua do Corgo Sul com a Rua Filarmónica Recreativa Amieirinhense, Lugar de Comeira, freguesia de Marinha Grande, apresentado por Pereira, Costa e Gameiros, Lda., NIPC n.º 500846090, com sede na Avenida Vítor Galo, n.º 83C, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na Reunião de Câmara de 13/10/2011. Presente informação técnica datada de 30/04/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 13/10/2011, foi deferido o pedido de licenciamento de construção de edifício habitacional e muros de vedação, incidente sobre um prédio sito no gaveto da Rua do Corgo Sul com a Rua Filarmónica Recreativa Amieirinhense, Lugar de Comeira, freguesia de Marinha Grande
- O titular do processo de licenciamento n.º 355/07, Pereira, Costa e Gameiros, Lda., NIPC n.º 500846090, com sede na Avenida Vítor Galo, n.º 83C, Freguesia de Marinha Grande, foi regularmente notificado pelo ofício n.º 292/13, de 22/03/2013, rececionado em 25/03/2013, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;
- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 15/04/2013;
- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um ano previsto no n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que o titular do processo n.º 355/07, Pereira, Costa e Gameiros, Lda., tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo n.º 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera declarar a caducidade do pedido de licenciamento de construção de edifício habitacional e muros de vedação, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no n.º 2 do mesmo artigo e diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N.º 1256/11 – PC N.º 08/09 – UWE KARL KURT DUKOWSKY

415 - Presente processo de licenciamento de construção de uma moradia e destaque de uma parcela de terreno, a que foi atribuído o número de processo 08/09, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua do Caminho Velho, Lugar de Machinha, freguesia de Moita,

apresentado por Uwe Karl Kurt Dukowsky, NIF n.º 217669468, com residência na Rua da Lagoa, n.º 29, Lugar de Figueiras, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na Reunião de Câmara de 30/06/2011.

Presente informação técnica datada de 26/04/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 30/06/2011, foi deferido o pedido de licenciamento de construção de uma moradia e destaque de uma parcela de terreno, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua do Caminho Velho, Lugar de Machinha, freguesia de Moita.

- O titular do processo de licenciamento nº 08/09, Uwe Karl Kurt Dukowsky, NIF n.º 217669468, com residência na Rua da Lagoa, n.º 29, Lugar de Figueiras, Freguesia de Marinha Grande, foi regularmente notificado pelo ofício nº 300/13, de 25/03/2013, rececionado em 28/03/2013, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;

- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 18/04/2013;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um ano previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que o titular do processo nº 08/09, Uwe Karl Kurt Dukowsky, tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera declarar a caducidade do licenciamento do projeto construção de uma moradia e destaque de uma parcela de terreno, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no n.º 2 do mesmo artigo e diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N.º 175/10 – PC N.º 387/08 – PAULO JORGE CARPINTEIRO SILVA VAZ

416 - O presente processo refere-se ao pedido de licenciamento de construção de uma moradia e muro, a que foi atribuído o número de processo 387/08, incidente sobre um prédio sito na Rua Esquerda, Lugar de Almoíña Velha-Moita, Freguesia de Moita, apresentado por Paulo Jorge Carpinteiro Silva Vaz, com o NIF n.º 195895959, com residência na Rua Esquerda, n.º 28, Almoíña Velha-Moita, Freguesia de Moita, aprovado por deliberação camarária tomada na Reunião de Câmara de 15/04/2010.

Presente informação técnica datada de 10/05/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 15/04/2010, foi deferido o pedido de licenciamento de construção de uma moradia e muro, incidente sobre um prédio sito na Rua Esquerda, Lugar de Almoíña Velha-Moita, Freguesia de Moita, Concelho de Marinha Grande.

- O titular do processo de licenciamento nº 387/08, Paulo Jorge Carpinteiro Silva Vaz, com o NIF n.º 195895959, com residência na Rua Esquerda, n.º 28, Almoíña Velha-Moita, Freguesia de Moita, foi regularmente notificado pelo ofício nº 343/13, de 05/04/2013, rececionado em 10/04/2013, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;

- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 02/05/2013;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um de um ano previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que o titular do processo nº 387/08, Paulo Jorge Carpinteiro Silva Vaz, tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera declarar a caducidade do licenciamento de obras de construção de uma moradia e muro, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no n.º 2 do mesmo artigo e diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N.º 245/11 – PC N.º 92/10 – ANACLETO DA SILVA RODRIGUES

417 - Presente pedido de licenciamento de obra de construção de moradia e muros de vedação.

Presente parecer técnico datado de 2013/05/08.

A Câmara Municipal analisou o referido parecer técnico, datada de 2013/05/08, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

- 1- Considerando que o interessado, Anacleto da Silva Rodrigues, com NIF 196298520, residente em rua Manuel Francisco, n.º 17 – 1º Direito, na localidade de Marinha Grande, freguesia e concelho de Marinha Grande, foi notificado da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento de uma obra de construção de moradia e muros de vedação, em prédio sito na rua do Brejo do Pilado, lugar do Pilado, Registado na Conservatória do

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/05/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16662 e inscrito na matriz predial rústica sob o n.º 11285, da freguesia e concelho da Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 24/02/2011, através do ofício n.º 142/11, de 28/02/2011, rececionado em 07/03/2011;

2- Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, **ou seja, até 08/03/2012**, e que não o fez (n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro – RJUE);

3- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;

4- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 92/2010, para construção de uma moradia e muros de vedação, em prédio sito na rua do Brejo do Pilado, lugar do Pilado, Registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16662 e inscrito na matriz predial rústica sob o n.º 11285, da freguesia e concelho da Marinha Grande, delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º do Decreto- Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar, o requerente, Anacleto da Silva Rodrigues, com NIF 196298520, residente em rua Manuel Francisco, n.º 17 – 1.º Direito, na localidade de Marinha Grande, freguesia e concelho de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de caducidade da referida licença

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N.º 1509/11 – PC N.º 171/07 – ILIDIO FERNANDES DA COSTA

418 - O presente processo refere-se ao pedido de licenciamento de construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 171/07, incidente sobre um prédio sito na Rua do Cemitério, Pilado, Freguesia de Marinha Grande apresentado por Ilídio Fernandes da Costa, com o NIF n.º 132787342, com residência na Rua Principal, n.º 71, Moita do Boi, Freguesia de Louriçal, Concelho de Pombal, aprovado por despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo, Paisagismo e Ordenamento do Território, datado de 20/07/2009.

Presente informação técnica datada de 10/05/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo, Paisagismo e Ordenamento do Território, datado de 20/07/2009, foi deferido o pedido de licenciamento de construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, incidente sobre um prédio sito na Rua do Cemitério, Pilado, Freguesia de Marinha Grande, Concelho de Marinha Grande.
- O titular do processo de licenciamento nº 171/07, Ilídio Fernandes da Costa, com o NIF nº 132787342, com residência na Rua Principal, nº 71, Moita do Boi, Freguesia de Louriçal, Concelho de Pombal, foi regularmente notificado pelo ofício nº 346/13, de 05/04/2013, rececionado em 10/04/2013, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;
- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 02/05/2013;
- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um de um ano previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de março e pela Lei nº 28/2010 de 2 de setembro –RJUE, sem que o titular do processo nº 171/07, Ilídio Fernandes da Costa, tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera declarar a caducidade do licenciamento de construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no nº 2 do mesmo artigo e diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A reunião foi interrompida nesta altura, para um breve intervalo, que decorreu das 11:15 horas às 11:40 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

18 - PROCESSO N.º 250/08 – TITULAR VÍTOR ANTÓNIO LEGASPI TAPIA - APRECIÇÃO DE ALEGAÇÕES APRESENTADAS EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA E DELIBERAÇÃO FINAL

419 - Presente projeto de licenciamento de alterações efetuadas, sem prévio licenciamento municipal, num anexo já existente e alteração do uso do mesmo para moradia unifamiliar, a que foi atribuído o número de processo 250/08, incidente sobre um prédio sito em avenida Eng.º Arala Pinto, Casal de Malta, freguesia da Marinha Grande, apresentado por Vítor António Legaspi Tapia, NIF nº 216408903, residente em Av.ª Dr. José Henriques Vareda, nº 9

39, freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 01/04/2010.

Presentes alegações, com o registo de entrada n.º 586, de 19/04/2013, apresentadas, em sede de audiência prévia, pelo interessado.

A Câmara Municipal apreciou as alegações formuladas pelo titular do processo e,

- Considerando que em reunião de 07/04/2013 constatou que na sequência do licenciamento (e consequente legalização) de alterações executadas num anexo e alteração do seu uso para moradia unifamiliar, a que foi atribuído o número de processo 250/08, o titular do processo Vítor António Legaspi Tapia, não solicitou, o respetivo alvará, nem no prazo de um ano, nem no prazo de prorrogação, que para o efeito lhe foi concedido, como manda o n.º 1 artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro;

- Considerando que por esse motivo, na mesma reunião, entendeu, tal como previsto no n.º 2 do artigo 71.º do RJUE, estarem reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença em apreço;

- Considerando que na sequência da notificação da intenção de declaração da caducidade dessa licença, o interessado veio, dentro do prazo, pronunciar-se em sede de audiência prévia;

- Considerando que sobre o pedido de legalização e alteração do uso do anexo para moradia unifamiliar, recaiu a deliberação tomada em reunião de 01/04/2010, e não em reunião de 04/04/2007, tal como, por lapso, constava do projeto de decisão notificado ao requerente;

- Considerando que depois de ser aplicado o regime excecional de extensão de prazos, que os eleva par o dobro, previsto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, o interessado tinha até ao dia 22-04-2012, para requerer a emissão do título da operação urbanística em causa;

- Considerando que nessa data, e por não ter sido requerida a emissão do referido título, estavam reunidas as condições objetivas para ser declarada a caducidade;

- Considerando que cabe à Administração ponderar e valorar as causas da caducidade;

- Considerando que o interessado refere, nas alegações apresentadas em 19/04/2013, que motivos graves de saúde o mantiveram afastados das suas atividades entre maio de 2010 e março de 2012, fazendo, disso, prova através de certificados de incapacidade temporária para o trabalho por estado de doença;

- Considerando que os motivos invocados não lhe podem ser imputados;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/05/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

- Considerando que o licenciamento em causa se traduz, em parte, na legalização de alterações efetuadas num anexo existente e por isso se encontram executadas e consolidadas;

- Considerando que cabe à Administração velar para que as situações contrárias à lei sejam regularizadas de modo a que não perdurem no tempo;

Delibera considerar os factos invocado em sede de audiência prévia, por Vítor António Legaspi Tapia - titular do processo n.º 250/08 de legalização de alterações efetuadas num anexo existente e licenciamento da alteração do seu uso para moradia unifamiliar - nomeadamente a doença que padeceu durante o período em que o prazo para requerer a emissão do alvará de licença de construção se encontrava a decorrer, como impeditivo da caducidade da licença concedida em reunião camarária de 01/04/2010.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - PROC. 453/07 – TITULAR: HOTÉIS CRISTAL – EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A. – ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES PROFERIDAS EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA - DELIBERAÇÃO FINAL.

420 - Presente processo de licenciamento relativo à legalização da alteração do 4.º andar (5.º piso) do Hotel Cristal – Vieira Praia, a que foi atribuído o número de processo 453/07, sito na Rua Avenida Marginal, Lugar de Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, apresentado pela sociedade Hotéis Cristal – Empreendimentos Turísticos, S.A., com o NIF n.º 500944814, com sede na Rua de Leiria, n.º 112-114, Embra, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, aprovado por deliberação tomada na reunião de camarária datada de 27/10/2011.

Presentes alegações, com registo de entrada n.º 700, de 10/05/2013, apresentadas em sede de audiência prévia, pela interessada.

A Câmara Municipal apreciou as alegações formuladas pela titular do processo e,

- Considerando que em reunião de 22/04/2013 constatou que na sequência do licenciamento (e consequente legalização) da alteração do 4.º andar (5.º piso), a que foi atribuído o número do processo 453/07, a titular do processo, Sociedade Hotéis Cristal – Empreendimentos Turísticos S.A., não solicitou o respetivo alvará no prazo de um ano, como manda o n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação –RJUE;

- Considerando que por esse motivo, na mesma reunião, entendeu, tal como previsto no n.º 2 do artigo.º 71.º do RJUE, estarem reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença em apreço;

- Considerando que na sequência da notificação da intenção de declaração da caducidade dessa licença, através do ofício com registo de saída 417/2013 com data de 24/04/2013, a interessada veio, dentro do prazo, pronunciar-se em sede de audiência prévia;
- Considerando que a interessada refere, nas alegações apresentadas a 10/05/2013 que, a sociedade, à semelhança de tantas outras em Portugal, tem vindo a debater-se com grandes dificuldades de mercado e, consequentemente, de tesouraria, dificuldades que conduziram à criação de um plano de estabilização da empresa, vital para a sobrevivência do grupo, que implicou a realização de diversos cortes na despesa, sobretudo com pessoal administrativo;
- Considerando que alguns processos, entre eles os referentes ao licenciamento da obra concernente ao 4.º andar do hotel estavam entregues a funcionários que foram dispensados;
- Considerando que por esse motivo, e pelo facto de não terem sido transmitidos aos administradores os assuntos que se encontravam pendentes, não foi dada continuidade ao procedimento de licenciamento que se encontrava em curso nesta Câmara Municipal, muito concretamente ao pedido de emissão do alvará de licença de construção;
- Considerando ainda, e de acordo com as alegações, que o alvará em causa é uma “mais valia” para a sociedade em causa e vital para a manutenção de dezenas de postos de trabalho que a empresa assegura;
- Considerando que a sociedade Hotéis Cristal – Empreendimentos Turísticos, S.A., assume um papel preponderante no desenvolvimento da economia local;
- Considerando que o licenciamento em causa se traduz na legalização de obras da alteração do 4.º andar (5.º piso), que já se encontram executadas e consolidadas;
- Considerando que cabe igualmente à Administração velar para que as situações contrárias à lei sejam regularizadas de modo a que não perdurem no tempo;

Delibera considerar os factos invocados em sede de audiência prévia pela sociedade Hotéis Cristal – Empreendimentos Turísticos S.A.,- titular do processo n.º 453/07 de legalização das obras de alteração do 4.º andar (5.º piso) do Hotel Cristal –Vieira Praia, como impeditivos da caducidade da licença concedida em reunião camarária de 27/10/2011, encontrando-se, por isso, reunidas as condições para emissão do respetivo alvará de licença de construção.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - PROCESSO DE SELEÇÃO, DESTINADO À ESCOLHA DE TITULAR DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU - CHEFE DA DIVISÃO FINANCEIRA E DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

421 - Na sequência da adequação da estrutura orgânica às regras e critérios previstos na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que adapta à administração autárquica a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, foi criada a Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação (artigo 13.º do Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande, publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 3, de 4 de janeiro de 2013).

A Câmara Municipal, em sua reunião ordinária de 10 de janeiro de 2013, deliberou ao abrigo da competência estabelecida no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, e alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, aprovar a abertura de procedimentos concursais tendentes ao provimento dos cargos de direção intermédia que compõem a atual estrutura orgânica.

Em sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 22 de fevereiro de 2013, e sob proposta da Câmara Municipal, foi designado o respetivo júri de recrutamento dos cargos dirigentes, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

O lugar de Chefe da Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação encontra-se atualmente preenchido em regime de substituição, conforme despacho n.º 300/GP/AP/2012, de 26 de dezembro.

Nestes termos, e tendo em vista a ocupação do lugar em regime de comissão de serviço, **a Câmara Municipal delibera ao abrigo da competência prevista na alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, que se iniciem os procedimentos de seleção tendentes à nomeação de titular para o cargo de Chefe da Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação**, a efetuar nos termos que a seguir se indicam:

1. Recrutamento

1.1. Área de recrutamento:

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 20º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, na sua redação atual, o recrutamento dos titulares dos cargos de direção intermédia de 2.º grau é efetuado por procedimento concursal, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura.

1.2. Requisitos legais de provimento:

Os candidatos a titular do cargo dirigente a prover têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos formais de recrutamento:

- a) Trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado;
- b) Licenciatura;
- c) Mínimo de quatro anos de experiência profissional em áreas relevantes do cargo a prover.

A conformidade com os requisitos formais de recrutamento será aferida na primeira fase procedimental de seleção dos candidatos.

2. Perfil exigido

Tendo por base o mapa de pessoal aprovado e o Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande, e por forma a alcançar a melhor prossecução das funções e objetivos cometidos à Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação, e responder de forma rápida e eficiente às crescentes exigências, os candidatos a titular do cargo dirigente a prover têm de reunir competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo.

A conformidade com o perfil exigido será aferida na segunda fase procedimental de seleção dos candidatos, com base nos seguintes critérios objetivos:

- a) Formação académica: Licenciatura na área de Economia ou Gestão;
- b) Conhecimentos do conteúdo funcional do cargo: o candidato tem de possuir adequados conhecimentos do conteúdo funcional do lugar a prover, demonstrando, de forma clara, objetiva e inequívoca, uma perceção ampla e cabal das tarefas a desenvolver e das responsabilidades que lhe cabe assumir;
- c) Experiência profissional: o candidato tem de possuir experiência profissional nas áreas de Tecnologias da Informação, Contabilidade e Finanças Públicas, domínio do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, e de todos os procedimentos financeiros afetos à Divisão, com especial relevância no efetivo desempenho de funções de gestão e coordenação de serviços financeiros;
- d) Formação profissional: o candidato tem de possuir formação profissional relevante na área, demonstrar conhecimentos especializados e experiência, demonstrar o interesse na atualização sobre as áreas de conhecimento relevantes para a missão e objetivos do serviço, e a utilização das tecnologias de informação e comunicação com vista à realização de um trabalho de melhor qualidade;
- e) Orientação para os resultados: o candidato tem de demonstrar aptidão para se focalizar na concretização dos objetivos do serviço e o compromisso com os resultados a alcançar, demonstrar ter noção das prioridades e capacidade para responder de forma ágil às situações de pressão e urgência, sendo igualmente importante neste âmbito a capacidade de assumir a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso dos resultados atingidos;

f) Liderança e gestão das pessoas: o candidato tem de demonstrar aptidão para suscitar e manter a disciplina, o respeito e o sentido de responsabilidade dos seus colaboradores, assim como, para os orientar e influenciar positivamente na prossecução dos objetivos traçados, zelando e acompanhando o seu desenvolvimento profissional e pessoal, fomentando a iniciativa individual e a criatividade, numa atitude de reconhecimento e compreensão. Deve ainda demonstrar capacidade para promover o espírito de grupo e um clima organizacional propício à participação e cooperação, dentro da própria unidade orgânica e entre as restantes;

g) Visão estratégica: o candidato tem de demonstrar capacidade para analisar o ambiente interno e externo, antecipar a sua evolução e prever os impactos na organização e no serviço, revelando uma perspetiva de gestão alargada e direcionada para o futuro de modo a definir as estratégias e os objetivos de acordo com essa visão;

h) Poder de decisão: o candidato tem de demonstrar capacidade para equacionar soluções, dar orientações e tomar medidas, assumindo as responsabilidades decorrentes das mesmas, tendo sempre presente as prioridades do serviço e a urgência das situações, tomando medidas e/ou opções em tempo útil e de modo eficaz e profícuo. Valoriza-se ainda, a capacidade de autoconfiança e decisão, mesmo quando se trata de opções difíceis;

i) Orientação para a missão do serviço público: ainda que não conste do perfil definido no mapa de pessoal aprovado, mas não estando alheios a todas as exigências legais e formais a que atualmente a administração pública está sujeita, será ainda avaliada a capacidade de orientação para a missão do serviço público respeitando, no desempenho das funções, os valores e princípios fundamentais que regem toda a atividade administrativa.

3. Formalização das candidaturas

3.1 Os candidatos deverão formalizar as suas candidaturas em requerimento próprio, disponível no sítio da internet em www.cm-mgrande.pt, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, podendo ser entregue pessoalmente (ou por correio, com aviso de receção expedido até ao termo do prazo fixado) na Câmara Municipal, das 09:00 às 12:30 e das 14:00 às 17:30, Praça Guilherme Stephens, 2430-522 Marinha Grande, no prazo de 10 dias (úteis) contados da publicação na bolsa de emprego público, e no qual deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa do candidato (nome completo, data de nascimento, naturalidade, filiação, estado civil, nacionalidade, número, datas de emissão e validade e serviço emissor do Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão ou equivalente, Número de Identificação Fiscal, situação militar, profissão, residência, código postal, telefone e endereço eletrónico se tiver);
- b) Habilitações académicas;
- c) Identificação do cargo dirigente a que se candidata;

- d) Código de oferta e data de publicitação do aviso na bolsa de emprego público;
- e) Declaração inequívoca da posse dos requisitos legais de provimento a que se refere o ponto 1.2.

3.2. O requerimento de admissão ao procedimento concursal deverá ser acompanhado da seguinte documentação:

- a) Curriculum vitae detalhado, documentado, datado e assinado, bem como devidamente esclarecedor e pormenorizado quanto ao percurso profissional do candidato;
- b) Fotocópias simples do Bilhete de Identidade e do Cartão de Contribuinte Fiscal ou do Cartão de Cidadão ou de outro(s) documento(s) equivalente(s);
- c) Fotocópia simples do certificado de habilitações académicas ou outro documento idóneo;
- d) Declaração, devidamente autenticada e atualizada, emitida pelo serviço ou organismo de origem, no caso de trabalhadores de outros serviços, da qual resulte inequivocamente a natureza do vínculo e o tempo de serviço em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento tenha sido exigida a licenciatura indicada como requisito formal de recrutamento, bem como o respetivo conteúdo funcional, com especificação das tarefas e responsabilidades inerentes ao(s) mesmo(s);
- e) Deverão ainda ser apresentados documentos comprovativos da formação e da experiência profissionais (onde constem inequivocamente as funções/atividades/cargos exercidos, bem como a duração dos mesmos), detidos pelo candidato.

3.3. Os candidatos que sejam trabalhadores da Câmara Municipal da Marinha Grande, ou que na mesma exerçam funções em regime de mobilidade ou em comissão de serviço, ficam dispensados da apresentação de documentos que constem dos respetivos processos individuais.

3.4. A não apresentação dos documentos previstos nas alíneas a) a d) do ponto 3.2. até ao fim do prazo estabelecido para apresentação de candidaturas, determina a exclusão do candidato.

3.5. Só serão considerados, para efeitos de aplicação dos métodos de seleção, os documentos descritos na alínea e) do ponto 3.2., desde que os mesmos sejam entregues até ao fim do prazo para apresentação de candidatura.

3.6. A conformidade com os requisitos formais de candidatura considerados essenciais será aferida na primeira fase procedimental de seleção dos candidatos.

4. Seleção

4.1. Júri de recrutamento:

O júri de recrutamento foi designado pela Assembleia Municipal, em 22 de fevereiro de 2013, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e é composto pelos seguintes elementos:

- Sr. Doutor José Luís Pereira Martins, Professor Adjunto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, integrada no Instituto Politécnico de Leiria – Presidente;
- Sr. Dr. Leandro Miguel Gomes Sousa, Chefe da Divisão Financeira da Câmara Municipal de Leiria e Sr.ª Dr.ª Inês Maria dos Santos Pinto Marrazes, Chefe da Divisão de Ordenamento do Território desta Câmara Municipal, em regime de substituição – Vogais;

A este júri, cabe assegurar as seguintes funções:

- a) Exigir a qualquer dos candidatos, em caso de dúvida sobre as declarações prestadas, a apresentação de documentos comprovativos das mesmas;
- b) Estabelecer os critérios de apreciação e ponderação da Avaliação Curricular e Entrevista Pública;
- c) Proceder à apreciação liminar das candidaturas, atribuindo a cada candidato a menção de “admitido” ou “excluído” em função do cumprimento ou não dos requisitos legais de provimento;
- d) Proceder à Avaliação Curricular e à Entrevista Pública, por forma a apreciar o preenchimento dos diversos itens do perfil pretendido para o desempenho do cargo, atribuindo a cada candidato a menção final classificativa de “perfil adequado” ou de “perfil não adequado” ao desempenho do cargo a prover;
- e) Elaborar a proposta de designação, com a indicação das razões porque a escolha recaiu no candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes candidatos.

4.2. Fases procedimentais:

4.2.1. Apreciação liminar de candidaturas – A apreciação liminar das candidaturas destina-se à verificação do preenchimento dos requisitos legais de provimento do lugar, em conformidade com o estabelecido no n.º 1 do artigo 20º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, na sua redação atual.

Da referida análise resultará a atribuição a cada candidato das menções de “admitido” ou “excluído”, em função, respetivamente, do cumprimento ou não dos requisitos formais de candidatura e de recrutamento.

4.2.2. Aplicação dos métodos de seleção e classificação dos candidatos – A aplicação dos métodos de seleção destina-se a verificar se os candidatos detêm a competência técnica e a aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, com base nos critérios objetivos destinados a aferir a conformidade com o perfil exigido para o desempenho do respetivo cargo dirigente e acima enunciados e mediante o recurso à Avaliação Curricular (AC) e à Entrevista Pública (EP), nos moldes que venham a ser fixados pelo júri e consignados em ata de reunião a realizar após conhecimento da presente deliberação.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/05/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

4.2.3 Elaboração da proposta de designação – Findo o procedimento concursal, o júri elabora a proposta de designação, escolhendo de entre os candidatos com perfil adequado, aquele que reúne melhores condições para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, com a indicação das razões porque a escolha recaiu no candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes.

5. Publicitação:

O aviso do procedimento de seleção e provimento dos cargos de direção intermédia é publicitado na bolsa de emprego público, em órgão de imprensa de expansão nacional e na 2.ª série do Diário da República, em obediência ao disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual.

6. Provimento:

O titular do cargo de Chefe da Divisão Financeira e de Tecnologias da Informação será provido mediante despacho do Presidente da Câmara, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, nos termos do disposto nos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e ao abrigo da competência conferida pelo artigo 23.º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto.

7. Despacho de designação:

O despacho de designação, devidamente fundamentado, é publicado no Diário da República juntamente com uma nota relativa ao currículo académico e profissional do designado, nos termos do n.º 11 do já citado artigo 21.º.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - PROCESSO DE SELEÇÃO, DESTINADO À ESCOLHA DE TITULAR DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU - CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

422 - Na sequência da adequação da estrutura orgânica às regras e critérios previstos na Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, que adapta à administração autárquica a Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, foi criada a Divisão de Administração e Modernização (artigo 15.º do Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande, publicado na 2.ª série do Diário da República nº 3, de 4 de janeiro de 2013).

A Câmara Municipal, em sua reunião ordinária de 10 de janeiro de 2013, deliberou ao abrigo da competência estabelecida no artigo 4.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, e alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, aprovar a abertura de procedimentos concursais tendentes ao provimento dos cargos de direção intermédia que compõem a atual estrutura orgânica.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/05/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

Em sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 22 de fevereiro de 2013, e sob proposta da Câmara Municipal, foi designado o respetivo júri de recrutamento dos cargos dirigentes, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

O lugar de Chefe da Divisão de Administração e Modernização encontra-se atualmente preenchido em regime de substituição, conforme despacho n.º 300/GP/AP/2012, de 26 de dezembro.

Nestes termos, e tendo em vista a ocupação do lugar em regime de comissão de serviço, **a Câmara Municipal delibera ao abrigo da competência prevista na alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, que se iniciem os procedimentos de seleção tendentes à nomeação de titular para o cargo de Chefe da Divisão de Administração e Modernização**, a efetuar nos termos que a seguir se indicam:

1. Recrutamento

1.1. Área de recrutamento:

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 20º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, na sua redação atual, o recrutamento dos titulares dos cargos de direção intermédia de 2.º grau é efetuado por procedimento concursal, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura.

1.2. Requisitos legais de provimento:

Os candidatos a titular do cargo dirigente a prover têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos formais de recrutamento:

- a) Trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado;
- b) Licenciatura;
- c) Mínimo de quatro anos de experiência profissional em áreas relevantes do cargo a prover.

A conformidade com os requisitos formais de recrutamento será aferida na primeira fase procedimental de seleção dos candidatos.

2. Perfil exigido

Tendo por base o mapa de pessoal aprovado e o Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande, e por forma a alcançar a melhor prossecução das funções e objetivos cometidos à Divisão de Administração e Modernização, e responder de forma rápida e eficiente às crescentes exigências, os candidatos a titular do cargo dirigente a prover têm de reunir competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo.

A conformidade com o perfil exigido será aferida na segunda fase procedimental de seleção dos candidatos, com base nos seguintes critérios objetivos:

- a) Formação académica: Licenciatura na área de Direito ou Gestão;
- b) Conhecimentos do conteúdo funcional do cargo: o candidato tem de possuir adequados conhecimentos do conteúdo funcional do lugar a prover, demonstrando, de forma clara, objetiva e inequívoca, uma perceção ampla e cabal das tarefas a desenvolver e das responsabilidades que lhe cabe assumir;
- c) Experiência profissional: o candidato tem de possuir experiência profissional nas áreas de recursos humanos, taxas e licenças, águas e saneamento e de todos os procedimentos técnico-administrativos afetos à Divisão, com especial relevância no efetivo desempenho de funções de gestão e coordenação;
- d) Formação profissional: o candidato tem de possuir formação profissional relevante na área, demonstrar conhecimentos especializados e experiência, demonstrar o interesse na atualização sobre as áreas de conhecimento relevantes para a missão e objetivos do serviço, e a utilização das tecnologias de informação e comunicação com vista à realização de um trabalho de melhor qualidade;
- e) Orientação para os resultados: o candidato tem de demonstrar aptidão para se focalizar na concretização dos objetivos do serviço e o compromisso com os resultados a alcançar, demonstrar ter noção das prioridades e capacidade para responder de forma ágil às situações de pressão e urgência, sendo igualmente importante neste âmbito a capacidade de assumir a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso dos resultados atingidos;
- f) Liderança e gestão das pessoas: o candidato tem de demonstrar aptidão para suscitar e manter a disciplina, o respeito e o sentido de responsabilidade dos seus colaboradores, assim como, para os orientar e influenciar positivamente na prossecução dos objetivos traçados, zelando e acompanhando o seu desenvolvimento profissional e pessoal, fomentando a iniciativa individual e a criatividade, numa atitude de reconhecimento e compreensão. Deve ainda demonstrar capacidade para promover o espírito de grupo e um clima organizacional propício à participação e cooperação, dentro da própria unidade orgânica e entre as restantes;
- g) Visão estratégica: o candidato tem de demonstrar capacidade para analisar o ambiente interno e externo, antecipar a sua evolução e prever os impactos na organização e no serviço, revelando uma perspetiva de gestão alargada e direcionada para o futuro de modo a definir as estratégias e os objetivos de acordo com essa visão;

h) Poder de decisão: o candidato tem de demonstrar capacidade para equacionar soluções, dar orientações e tomar medidas, assumindo as responsabilidades decorrentes das mesmas, tendo sempre presente as prioridades do serviço e a urgência das situações, tomando medidas e/ou opções em tempo útil e de modo eficaz e profícuo. Valoriza-se ainda, a capacidade de autoconfiança e decisão, mesmo quando se trata de opções difíceis;

i) Orientação para a missão do serviço público: ainda que não conste do perfil definido no mapa de pessoal aprovado, mas não estando alheios a todas as exigências legais e formais a que atualmente a administração pública está sujeita, será ainda avaliada a capacidade de orientação para a missão do serviço público respeitando, no desempenho das funções, os valores e princípios fundamentais que regem toda a atividade administrativa.

3. Formalização das candidaturas

3.1 Os candidatos deverão formalizar as suas candidaturas em requerimento próprio, disponível no sítio da internet em www.cm-mgrande.pt, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, podendo ser entregue pessoalmente (ou por correio, com aviso de receção expedido até ao termo do prazo fixado) na Câmara Municipal, das 09:00 às 12:30 e das 14:00 às 17:30, Praça Guilherme Stephens, 2430-522 Marinha Grande, no prazo de 10 dias (úteis) contados da publicitação na bolsa de emprego público, e no qual deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa do candidato (nome completo, data de nascimento, naturalidade, filiação, estado civil, nacionalidade, número, datas de emissão e validade e serviço emissor do Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão ou equivalente, Número de Identificação Fiscal, situação militar, profissão, residência, código postal, telefone e endereço eletrónico se tiver);
- b) Habilitações académicas;
- c) Identificação do cargo dirigente a que se candidata;
- d) Código de oferta e data de publicitação do aviso na bolsa de emprego público;
- e) Declaração inequívoca da posse dos requisitos legais de provimento a que se refere o ponto 1.2.

3.2. O requerimento de admissão ao procedimento concursal deverá ser acompanhado da seguinte documentação:

- a) Curriculum vitae detalhado, documentado, datado e assinado, bem como devidamente esclarecedor e pormenorizado quanto ao percurso profissional do candidato;
- b) Fotocópias simples do Bilhete de Identidade e do Cartão de Contribuinte Fiscal ou do Cartão de Cidadão ou de outro(s) documento(s) equivalente(s);
- c) Fotocópia simples do certificado de habilitações académicas ou outro documento idóneo;

- d) Declaração, devidamente autenticada e atualizada, emitida pelo serviço ou organismo de origem, no caso de trabalhadores de outros serviços, da qual resulte inequivocamente a natureza do vínculo e o tempo de serviço em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento tenha sido exigida a licenciatura indicada como requisito formal de recrutamento, bem como o respetivo conteúdo funcional, com especificação das tarefas e responsabilidades inerentes ao(s) mesmo(s);
- e) Deverão ainda ser apresentados documentos comprovativos da formação e da experiência profissionais (onde constem inequivocamente as funções/atividades/cargos exercidos, bem como a duração dos mesmos), detidos pelo candidato.

3.3. Os candidatos que sejam trabalhadores da Câmara Municipal da Marinha Grande, ou que na mesma exerçam funções em regime de mobilidade ou em comissão de serviço, ficam dispensados da apresentação de documentos que constem dos respetivos processos individuais.

3.4. A não apresentação dos documentos previstos nas alíneas a) a d) do ponto 3.2. até ao fim do prazo estabelecido para apresentação de candidaturas, determina a exclusão do candidato.

3.5. Só serão considerados, para efeitos de aplicação dos métodos de seleção, os documentos descritos na alínea e) do ponto 3.2., desde que os mesmos sejam entregues até ao fim do prazo para apresentação de candidatura.

3.6. A conformidade com os requisitos formais de candidatura considerados essenciais será aferida na primeira fase procedimental de seleção dos candidatos.

4. Seleção

4.1. Júri de recrutamento:

O júri de recrutamento foi designado pela Assembleia Municipal, em 22 de fevereiro de 2013, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e é composto pelos seguintes elementos:

- Sr. Doutor Carlos Manuel Gomes da Silva, Professor Coordenador da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, integrada no Instituto Politécnico de Leiria – Presidente;
- Sr.ª Dr.ª Maria Leonor Silva Correia Lourenço, Chefe da Divisão Jurídica e Administrativa da Câmara Municipal de Leiria, em regime de substituição, e Sr.ª Eng.ª Susana Cristina Martins da Silva Pinto, Chefe da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos desta Câmara Municipal, em regime de substituição – Vogais;

A este júri, cabe assegurar as seguintes funções:

- a) Exigir a qualquer dos candidatos, em caso de dúvida sobre as declarações prestadas, a apresentação de documentos comprovativos das mesmas;

- b) Estabelecer os critérios de apreciação e ponderação da Avaliação Curricular e Entrevista Pública;
- c) Proceder à apreciação liminar das candidaturas, atribuindo a cada candidato a menção de “admitido” ou “excluído” em função do cumprimento ou não dos requisitos legais de provimento;
- d) Proceder à Avaliação Curricular e à Entrevista Pública, por forma a apreciar o preenchimento dos diversos itens do perfil pretendido para o desempenho do cargo, atribuindo a cada candidato a menção final classificativa de “perfil adequado” ou de “perfil não adequado” ao desempenho do cargo a prover;
- e) Elaborar a proposta de designação, com a indicação das razões porque a escolha recaiu no candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes candidatos.

4.2. Fases procedimentais:

4.2.1. Apreciação liminar de candidaturas – A apreciação liminar das candidaturas destina-se à verificação do preenchimento dos requisitos legais de provimento do lugar, em conformidade com o estabelecido no n.º 1 do artigo 20º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, na sua redação atual.

Da referida análise resultará a atribuição a cada candidato das menções de “admitido” ou “excluído”, em função, respetivamente, do cumprimento ou não dos requisitos formais de candidatura e de recrutamento.

4.2.2. Aplicação dos métodos de seleção e classificação dos candidatos – A aplicação dos métodos de seleção destina-se a verificar se os candidatos detêm a competência técnica e a aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, com base nos critérios objetivos destinados a aferir a conformidade com o perfil exigido para o desempenho do respetivo cargo dirigente e acima enunciados e mediante o recurso à Avaliação Curricular (AC) e à Entrevista Pública (EP), nos moldes que venham a ser fixados pelo júri e consignados em ata de reunião a realizar após conhecimento da presente deliberação.

4.2.3. Elaboração da proposta de designação – Findo o procedimento concursal, o júri elabora a proposta de designação, escolhendo de entre os candidatos com perfil adequado, aquele que reúne melhores condições para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, com a indicação das razões porque a escolha recaiu no candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes.

5. Publicitação:

O aviso do procedimento de seleção e provimento dos cargos de direção intermédia é publicitado na bolsa de emprego público, em órgão de imprensa de expansão nacional e na 2.ª série do Diário da República, em obediência ao disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual.

6. Provimento:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/05/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

O titular do cargo de Chefe da Divisão de Administração e Modernização será provido mediante despacho do Presidente da Câmara, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, nos termos do disposto nos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e ao abrigo da competência conferida pelo artigo 23.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

7. Despacho de designação:

O despacho de designação, devidamente fundamentado, é publicado no Diário da República juntamente com uma nota relativa ao currículo académico e profissional do designado, nos termos do n.º 11 do já citado artigo 21.º.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - PROCESSO DE SELEÇÃO, DESTINADO À ESCOLHA DE TITULAR DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU - CHEFE DA DIVISÃO JURÍDICA E DE COMUNICAÇÃO

423 - Na sequência da adequação da estrutura orgânica às regras e critérios previstos na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que adapta à administração autárquica a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, foi criada a Divisão Jurídica e de Comunicação (artigo 19.º do Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande, publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 3, de 4 de janeiro de 2013).

A Câmara Municipal, em sua reunião ordinária de 10 de janeiro de 2013, deliberou ao abrigo da competência estabelecida no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, e alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, aprovar a abertura de procedimentos concursais tendentes ao provimento dos cargos de direção intermédia que compõem a atual estrutura orgânica.

Em sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 22 de fevereiro de 2013, e sob proposta da Câmara Municipal, foi designado o respetivo júri de recrutamento dos cargos dirigentes, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

O lugar de Chefe da Divisão Jurídica e de Comunicação encontra-se atualmente preenchido em regime de substituição, conforme despacho n.º 300/GP/AP/2012, de 26 de dezembro.

Nestes termos, e tendo em vista a ocupação do lugar em regime de comissão de serviço, **a Câmara Municipal delibera ao abrigo da competência prevista na alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, que se iniciem os procedimentos de seleção tendentes à nomeação de titular para o cargo de Chefe da Divisão Jurídica e de Comunicação**, a efetuar nos termos que a seguir se indicam:

1. Recrutamento

1.1. Área de recrutamento:

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 20º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, na sua redação atual, o recrutamento dos titulares dos cargos de direção intermédia de 2.º grau é efetuado por procedimento concursal, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura.

1.2. Requisitos legais de provimento:

Os candidatos a titular do cargo dirigente a prover têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos formais de recrutamento:

- a) Trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado;
- b) Licenciatura;
- c) Mínimo de quatro anos de experiência profissional em áreas relevantes do cargo a prover.

A conformidade com os requisitos formais de recrutamento será aferida na primeira fase procedimental de seleção dos candidatos.

2. Perfil exigido

Tendo por base o mapa de pessoal aprovado e o Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande, e por forma a alcançar a melhor prossecução das funções e objetivos cometidos à Divisão Jurídica e de Comunicação, e responder de forma rápida e eficiente às crescentes exigências, os candidatos a titular do cargo dirigente a prover têm de reunir competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo.

A conformidade com o perfil exigido será aferida na segunda fase procedimental de seleção dos candidatos, com base nos seguintes critérios objetivos:

- a) Formação académica: Licenciatura na área de Direito;
- b) Conhecimentos do conteúdo funcional do cargo: o candidato tem de possuir adequados conhecimentos do conteúdo funcional do lugar a prover, demonstrando, de forma clara, objetiva e inequívoca, uma perceção ampla e cabal das tarefas a desenvolver e das responsabilidades que lhe cabe assumir;

c) Experiência profissional: o candidato tem de possuir experiência profissional nas áreas de apoio jurídico, fiscalização, contratação pública, comunicação e todos os restantes procedimentos técnico-administrativos afetos à Divisão, com especial relevância no efetivo desempenho de funções de gestão e coordenação;

d) Formação profissional: o candidato tem de possuir formação profissional relevante na área, demonstrar conhecimentos especializados e experiência, demonstrar o interesse na atualização sobre as áreas de conhecimento relevantes para a missão e objetivos do serviço, e a utilização das tecnologias de informação e comunicação com vista à realização de um trabalho de melhor qualidade;

e) Orientação para os resultados: o candidato tem de demonstrar aptidão para se focalizar na concretização dos objetivos do serviço e o compromisso com os resultados a alcançar, demonstrar ter noção das prioridades e capacidade para responder de forma ágil às situações de pressão e urgência, sendo igualmente importante neste âmbito a capacidade de assumir a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso dos resultados atingidos;

f) Liderança e gestão das pessoas: o candidato tem de demonstrar aptidão para suscitar e manter a disciplina, o respeito e o sentido de responsabilidade dos seus colaboradores, assim como, para os orientar e influenciar positivamente na prossecução dos objetivos traçados, zelando e acompanhando o seu desenvolvimento profissional e pessoal, fomentando a iniciativa individual e a criatividade, numa atitude de reconhecimento e compreensão. Deve ainda demonstrar capacidade para promover o espírito de grupo e um clima organizacional propício à participação e cooperação, dentro da própria unidade orgânica e entre as restantes;

g) Visão estratégica: o candidato tem de demonstrar capacidade para analisar o ambiente interno e externo, antecipar a sua evolução e prever os impactos na organização e no serviço, revelando uma perspetiva de gestão alargada e direcionada para o futuro de modo a definir as estratégias e os objetivos de acordo com essa visão;

h) Poder de decisão: o candidato tem de demonstrar capacidade para equacionar soluções, dar orientações e tomar medidas, assumindo as responsabilidades decorrentes das mesmas, tendo sempre presente as prioridades do serviço e a urgência das situações, tomando medidas e/ou opções em tempo útil e de modo eficaz e profícuo. Valoriza-se ainda, a capacidade de autoconfiança e decisão, mesmo quando se trata de opções difíceis;

i) Orientação para a missão do serviço público: ainda que não conste do perfil definido no mapa de pessoal aprovado, mas não estando alheios a todas as exigências legais e formais a que atualmente a administração pública está sujeita, será ainda avaliada a capacidade de orientação para a missão do serviço público

respeitando, no desempenho das funções, os valores e princípios fundamentais que regem toda a atividade administrativa.

3. Formalização das candidaturas

3.1 Os candidatos deverão formalizar as suas candidaturas em requerimento próprio, disponível no sítio da internet em www.cm-mgrande.pt, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, podendo ser entregue pessoalmente (ou por correio, com aviso de receção expedido até ao termo do prazo fixado), na Câmara Municipal, das 09:00 às 12:30 e das 14:00 às 17:30, Praça Guilherme Stephens, 2430-522 Marinha Grande, no prazo de 10 dias (úteis) contados da publicitação na bolsa de emprego público, e no qual deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa do candidato (nome completo, data de nascimento, naturalidade, filiação, estado civil, nacionalidade, número, datas de emissão e validade e serviço emissor do Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão ou equivalente, Número de Identificação Fiscal, situação militar, profissão, residência, código postal, telefone e endereço eletrónico se tiver);
- b) Habilitações académicas;
- c) Identificação do cargo dirigente a que se candidata;
- d) Código de oferta e data de publicitação do aviso na bolsa de emprego público;
- e) Declaração inequívoca da posse dos requisitos legais de provimento a que se refere o ponto 1.2.

3.2. O requerimento de admissão ao procedimento concursal deverá ser acompanhado da seguinte documentação:

- a) Curriculum vitae detalhado, documentado, datado e assinado, bem como devidamente esclarecedor e pormenorizado quanto ao percurso profissional do candidato;
- b) Fotocópias simples do Bilhete de Identidade e do Cartão de Contribuinte Fiscal ou do Cartão de Cidadão ou de outro(s) documento(s) equivalente(s);
- c) Fotocópia simples do certificado de habilitações académicas ou outro documento idóneo;
- d) Declaração, devidamente autenticada e atualizada, emitida pelo serviço ou organismo de origem, no caso de trabalhadores de outros serviços, da qual resulte inequivocamente a natureza do vínculo e o tempo de serviço em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento tenha sido exigida a licenciatura indicada como requisito formal de recrutamento, bem como o respetivo conteúdo funcional, com especificação das tarefas e responsabilidades inerentes ao(s) mesmo(s);
- e) Deverão ainda ser apresentados documentos comprovativos da formação e da experiência profissionais (onde constem inequivocamente as funções/atividades/cargos exercidos, bem como a duração dos mesmos), detidos pelo candidato.

3.3. Os candidatos que sejam trabalhadores da Câmara Municipal da Marinha Grande, ou que na mesma exerçam funções em regime de mobilidade ou em comissão de serviço, ficam dispensados da apresentação de documentos que constem dos respetivos processos individuais.

3.4. A não apresentação dos documentos previstos nas alíneas a) a d) do ponto 3.2. até ao fim do prazo estabelecido para apresentação de candidaturas, determina a exclusão do candidato.

3.5. Só serão considerados, para efeitos de aplicação dos métodos de seleção, os documentos descritos na alínea e) do ponto 3.2., desde que os mesmos sejam entregues até ao fim do prazo para apresentação de candidatura.

3.6. A conformidade com os requisitos formais de candidatura considerados essenciais será aferida na primeira fase procedimental de seleção dos candidatos.

4. Seleção

4.1. Júri de recrutamento:

O júri de recrutamento foi designado pela Assembleia Municipal, em 22 de fevereiro de 2013, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e é composto pelos seguintes elementos:

- Sr.ª Doutora Ana Isabel Lambelho Costa, Professora Adjunta da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, integrada no Instituto Politécnico de Leiria – Presidente;
- Sr.ª Dr.ª Maria Leonor Silva Correia Lourenço, Chefe da Divisão Jurídica e Administrativa da Câmara Municipal de Leiria, em regime de substituição, e Sr.ª Dr.ª Sandra Maria Felizardo de Oliveira e Paiva Cunha da Cruz, Chefe da Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação desta Câmara Municipal, em regime de substituição – Vogais;

A este júri, cabe assegurar as seguintes funções:

- a) Exigir a qualquer dos candidatos, em caso de dúvida sobre as declarações prestadas, a apresentação de documentos comprovativos das mesmas;
- b) Estabelecer os critérios de apreciação e ponderação da Avaliação Curricular e Entrevista Pública;
- c) Proceder à apreciação liminar das candidaturas, atribuindo a cada candidato a menção de “admitido” ou “excluído” em função do cumprimento ou não dos requisitos legais de provimento;
- d) Proceder à Avaliação Curricular e à Entrevista Pública, por forma a apreciar o preenchimento dos diversos itens do perfil pretendido para o desempenho do cargo, atribuindo a cada candidato a menção final classificativa de “perfil adequado” ou de “perfil não adequado” ao desempenho do cargo a prover;
- e) Elaborar a proposta de designação, com a indicação das razões porque a escolha recaiu no candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes candidatos.

4.2. Fases procedimentais:

4.2.1. Apreciação liminar de candidaturas – A apreciação liminar das candidaturas destina-se à verificação do preenchimento dos requisitos legais de provimento do lugar, em conformidade com o estabelecido no n.º 1 do artigo 20º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, na sua redação atual.

Da referida análise resultará a atribuição a cada candidato das menções de “admitido” ou “excluído”, em função, respetivamente, do cumprimento ou não dos requisitos formais de candidatura e de recrutamento.

4.2.2. Aplicação dos métodos de seleção e classificação dos candidatos – A aplicação dos métodos de seleção destina-se a verificar se os candidatos detêm a competência técnica e a aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, com base nos critérios objetivos destinados a aferir a conformidade com o perfil exigido para o desempenho do respetivo cargo dirigente e acima enunciados e mediante o recurso à Avaliação Curricular (AC) e à Entrevista Pública (EP), nos moldes que venham a ser fixados pelo júri e consignados em ata de reunião a realizar após conhecimento da presente deliberação.

4.2.3. Elaboração da proposta de designação – Findo o procedimento concursal, o júri elabora a proposta de designação, escolhendo de entre os candidatos com perfil adequado, aquele que reúne melhores condições para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, com a indicação das razões porque a escolha recaiu no candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes.

5. Publicitação:

O aviso do procedimento de seleção e provimento dos cargos de direção intermédia é publicitado na bolsa de emprego público, em órgão de imprensa de expansão nacional e na 2.ª série do Diário da República, em obediência ao disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual.

6. Provimento:

O titular do cargo de Chefe da Divisão Jurídica e de Comunicação será provido mediante despacho do Presidente da Câmara, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, nos termos do disposto nos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e ao abrigo da competência conferida pelo artigo 23.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

7. Despacho de designação:

O despacho de designação, devidamente fundamentado, é publicado no Diário da República juntamente com uma nota relativa ao currículo académico e profissional do designado, nos termos do n.º 11 do já citado artigo 21.º.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - PROCESSO DE SELEÇÃO, DESTINADO À ESCOLHA DE TITULAR DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU - CHEFE DA DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

424 - Na sequência da adequação da estrutura orgânica às regras e critérios previstos na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que adapta à administração autárquica a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, foi criada a Divisão de Ordenamento do Território (artigo 20.º do Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande, publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 3, de 4 de janeiro de 2013).

A Câmara Municipal, em sua reunião ordinária de 10 de janeiro de 2013, deliberou ao abrigo da competência estabelecida no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, e alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, aprovar a abertura de procedimentos concursais tendentes ao provimento dos cargos de direção intermédia que compõem a atual estrutura orgânica.

Em sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 22 de fevereiro de 2013, e sob proposta da Câmara Municipal, foi designado o respetivo júri de recrutamento dos cargos dirigentes, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

O lugar de Chefe da Divisão de Ordenamento do Território encontra-se atualmente preenchido em regime de substituição, conforme despacho n.º 300/GP/AP/2012, de 26 de dezembro.

Nestes termos, e tendo em vista a ocupação do lugar em regime de comissão de serviço, **a Câmara Municipal delibera ao abrigo da competência prevista na alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, que se iniciem os procedimentos de seleção tendentes à nomeação de titular para o cargo de Chefe da Divisão de Ordenamento do Território**, a efetuar nos termos que a seguir se indicam:

1. Recrutamento

1.1. Área de recrutamento:

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 20º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, na sua redação atual, o recrutamento dos titulares dos cargos de direção intermédia de 2.º grau é efetuado por procedimento concursal, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura.

1.2. Requisitos legais de provimento:

Os candidatos a titular do cargo dirigente a prover têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos formais de recrutamento:

- a) Trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado;
- b) Licenciatura;
- c) Mínimo de quatro anos de experiência profissional em áreas relevantes do cargo a prover.

A conformidade com os requisitos formais de recrutamento será aferida na primeira fase procedimental de seleção dos candidatos.

2. Perfil exigido

Tendo por base o mapa de pessoal aprovado e o Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande, e por forma a alcançar a melhor prossecução das funções e objetivos cometidos à Divisão de Ordenamento do Território, e responder de forma rápida e eficiente às crescentes exigências, os candidatos a titular do cargo dirigente a prover têm de reunir competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo.

A conformidade com o perfil exigido será aferida na segunda fase procedimental de seleção dos candidatos, com base nos seguintes critérios objetivos:

- a) Formação académica: Licenciatura na área de Planeamento Regional e Urbano ou Gestão e Administração Pública;
- b) Conhecimentos do conteúdo funcional do cargo: o candidato tem de possuir adequados conhecimentos do conteúdo funcional do lugar a prover, demonstrando, de forma clara, objetiva e inequívoca, uma perceção ampla e cabal das tarefas a desenvolver e das responsabilidades que lhe cabe assumir;
- c) Experiência profissional: o candidato tem de possuir experiência profissional nas áreas de áreas de ordenamento do território, planeamento e projeto, urbanismo, proteção civil e todos os restantes procedimentos técnico-administrativos afetos à Divisão, com especial relevância no efetivo desempenho de funções de gestão e coordenação;
- d) Formação profissional: o candidato tem de possuir formação profissional relevante na área, demonstrar conhecimentos especializados e experiência, demonstrar o interesse na atualização sobre as áreas de conhecimento relevantes para a missão e objetivos do serviço, e a utilização das tecnologias de informação e comunicação com vista à realização de um trabalho de melhor qualidade;
- e) Orientação para os resultados: o candidato tem de demonstrar aptidão para se focalizar na concretização dos objetivos do serviço e o compromisso com os

resultados a alcançar, demonstrar ter noção das prioridades e capacidade para responder de forma ágil às situações de pressão e urgência, sendo igualmente importante neste âmbito a capacidade de assumir a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso dos resultados atingidos;

f) Liderança e gestão das pessoas: o candidato tem de demonstrar aptidão para suscitar e manter a disciplina, o respeito e o sentido de responsabilidade dos seus colaboradores, assim como, para os orientar e influenciar positivamente na prossecução dos objetivos traçados, zelando e acompanhando o seu desenvolvimento profissional e pessoal, fomentando a iniciativa individual e a criatividade, numa atitude de reconhecimento e compreensão. Deve ainda demonstrar capacidade para promover o espírito de grupo e um clima organizacional propício à participação e cooperação, dentro da própria unidade orgânica e entre as restantes;

g) Visão estratégica: o candidato tem de demonstrar capacidade para analisar o ambiente interno e externo, antecipar a sua evolução e prever os impactos na organização e no serviço, revelando uma perspetiva de gestão alargada e direcionada para o futuro de modo a definir as estratégias e os objetivos de acordo com essa visão;

h) Poder de decisão: o candidato tem de demonstrar capacidade para equacionar soluções, dar orientações e tomar medidas, assumindo as responsabilidades decorrentes das mesmas, tendo sempre presente as prioridades do serviço e a urgência das situações, tomando medidas e/ou opções em tempo útil e de modo eficaz e profícuo. Valoriza-se ainda, a capacidade de autoconfiança e decisão, mesmo quando se trata de opções difíceis;

i) Orientação para a missão do serviço público: ainda que não conste do perfil definido no mapa de pessoal aprovado, mas não estando alheios a todas as exigências legais e formais a que atualmente a administração pública está sujeita, será ainda avaliada a capacidade de orientação para a missão do serviço público respeitando, no desempenho das funções, os valores e princípios fundamentais que regem toda a atividade administrativa.

3. Formalização das candidaturas

3.1 Os candidatos deverão formalizar as suas candidaturas em requerimento próprio, disponível no sítio da internet em www.cm-mgrande.pt, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, podendo ser entregue pessoalmente (ou por correio, com aviso de receção expedido até ao termo do prazo fixado) na Câmara Municipal, das 09:00 às 12:30 e das 14:00 às 17:30, Praça Guilherme Stephens, 2430-522 Marinha Grande, no prazo de 10 dias (úteis) contados da publicitação na bolsa de emprego público, e no qual deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa do candidato (nome completo, data de nascimento, naturalidade, filiação, estado civil, nacionalidade, número, datas de emissão e validade e serviço emissor do Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão ou equivalente, Número de Identificação Fiscal, situação militar, profissão, residência, código postal, telefone e endereço eletrónico se tiver);
- b) Habilitações académicas;
- c) Identificação do cargo dirigente a que se candidata;
- d) Código de oferta e data de publicitação do aviso na bolsa de emprego público;
- e) Declaração inequívoca da posse dos requisitos legais de provimento a que se refere o ponto 1.2.

3.2. O requerimento de admissão ao procedimento concursal deverá ser acompanhado da seguinte documentação:

- a) Curriculum vitae detalhado, documentado, datado e assinado, bem como devidamente esclarecedor e pormenorizado quanto ao percurso profissional do candidato;
- b) Fotocópias simples do Bilhete de Identidade e do Cartão de Contribuinte Fiscal ou do Cartão de Cidadão ou de outro(s) documento(s) equivalente(s);
- c) Fotocópia simples do certificado de habilitações académicas ou outro documento idóneo;
- d) Declaração, devidamente autenticada e atualizada, emitida pelo serviço ou organismo de origem, no caso de trabalhadores de outros serviços, da qual resulte inequivocamente a natureza do vínculo e o tempo de serviço em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento tenha sido exigida a licenciatura indicada como requisito formal de recrutamento, bem como o respetivo conteúdo funcional, com especificação das tarefas e responsabilidades inerentes ao(s) mesmo(s);
- e) Deverão ainda ser apresentados documentos comprovativos da formação e da experiência profissionais (onde constem inequivocamente as funções/atividades/cargos exercidos, bem como a duração dos mesmos), detidos pelo candidato.

3.3. Os candidatos que sejam trabalhadores da Câmara Municipal da Marinha Grande, ou que na mesma exerçam funções em regime de mobilidade ou em comissão de serviço, ficam dispensados da apresentação de documentos que constem dos respetivos processos individuais.

3.4. A não apresentação dos documentos previstos nas alíneas a) a d) do ponto 3.2. até ao fim do prazo estabelecido para apresentação de candidaturas, determina a exclusão do candidato.

3.5. Só serão considerados, para efeitos de aplicação dos métodos de seleção, os documentos descritos na alínea e) do ponto 3.2., desde que os mesmos sejam entregues até ao fim do prazo para apresentação de candidatura.

3.6. A conformidade com os requisitos formais de candidatura considerados essenciais será aferida na primeira fase procedimental de seleção dos candidatos.

4. Seleção

4.1. Júri de recrutamento:

O júri de recrutamento foi designado pela Assembleia Municipal, em 22 de fevereiro de 2013, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e é composto pelos seguintes elementos:

- Sr. Mestre Ricardo José Leal Duarte, Professor Equiparado a Assistente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, integrada no Instituto Politécnico de Leiria – Presidente;
- Sr.ª Dr.ª Sandra Isabel Cadima Carreira Albuquerque, Chefe da Divisão de Planeamento, Ordenamento e Estratégia Territorial da Câmara Municipal de Leiria, em regime de substituição, e Sr. Dr. Miguel Ângelo Oliveira Crespo, Chefe da Divisão Jurídica e de Comunicação desta Câmara Municipal, em regime de substituição – Vogais;

A este júri, cabe assegurar as seguintes funções:

- a) Exigir a qualquer dos candidatos, em caso de dúvida sobre as declarações prestadas, a apresentação de documentos comprovativos das mesmas;
- b) Estabelecer os critérios de apreciação e ponderação da Avaliação Curricular e Entrevista Pública;
- c) Proceder à apreciação liminar das candidaturas, atribuindo a cada candidato a menção de “admitido” ou “excluído” em função do cumprimento ou não dos requisitos legais de provimento;
- d) Proceder à Avaliação Curricular e à Entrevista Pública, por forma a apreciar o preenchimento dos diversos itens do perfil pretendido para o desempenho do cargo, atribuindo a cada candidato a menção final classificativa de “perfil adequado” ou de “perfil não adequado” ao desempenho do cargo a prover;
- e) Elaborar a proposta de designação, com a indicação das razões porque a escolha recaiu no candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes candidatos.

4.2. Fases procedimentais:

4.2.1. Apreciação liminar de candidaturas – A apreciação liminar das candidaturas destina-se à verificação do preenchimento dos requisitos legais de provimento do lugar, em conformidade com o estabelecido no n.º 1 do artigo 20º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, na sua redação atual.

Da referida análise resultará a atribuição a cada candidato das menções de “admitido” ou “excluído”, em função, respetivamente, do cumprimento ou não dos requisitos formais de candidatura e de recrutamento.

4.2.2. Aplicação dos métodos de seleção e classificação dos candidatos – A aplicação dos métodos de seleção destina-se a verificar se os candidatos detêm a competência técnica e a aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, com base nos

critérios objetivos destinados a aferir a conformidade com o perfil exigido para o desempenho do respetivo cargo dirigente e acima enunciados e mediante o recurso à Avaliação Curricular (AC) e à Entrevista Pública (EP), nos moldes que venham a ser fixados pelo júri e consignados em ata de reunião a realizar após conhecimento da presente deliberação.

4.2.3 Elaboração da proposta de designação – Findo o procedimento concursal, o júri elabora a proposta de designação, escolhendo de entre os candidatos com perfil adequado, aquele que reúne melhores condições para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, com a indicação das razões porque a escolha recaiu no candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes.

5. Publicitação:

O aviso do procedimento de seleção e provimento dos cargos de direção intermédia é publicitado na bolsa de emprego público, em órgão de imprensa de expansão nacional e na 2.ª série do Diário da República, em obediência ao disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual.

6. Provimento:

O titular do cargo de Chefe da Divisão de Ordenamento do Território será provido mediante despacho do Presidente da Câmara, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, nos termos do disposto nos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e ao abrigo da competência conferida pelo artigo 23.º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto.

7. Despacho de designação:

O despacho de designação, devidamente fundamentado, é publicado no Diário da República juntamente com uma nota relativa ao currículo académico e profissional do designado, nos termos do n.º 11 do já citado artigo 21.º.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - PROCESSO DE SELEÇÃO, DESTINADO À ESCOLHA DE TITULAR DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU - CHEFE DA DIVISÃO DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

425 - Na sequência da adequação da estrutura orgânica às regras e critérios previstos na Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, que adapta à administração autárquica a Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, foi criada a Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (artigo 21.º do Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande, publicado na 2.ª série do Diário da República nº 3, de 4 de janeiro de 2013).

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/05/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

A Câmara Municipal, em sua reunião ordinária de 10 de janeiro de 2013, deliberou ao abrigo da competência estabelecida no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, e alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, aprovar a abertura de procedimentos concursais tendentes ao provimento dos cargos de direção intermédia que compõem a atual estrutura orgânica.

Em sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 22 de fevereiro de 2013, e sob proposta da Câmara Municipal, foi designado o respetivo júri de recrutamento dos cargos dirigentes, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

O lugar de Chefe da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento encontra-se atualmente preenchido em regime de substituição, conforme despacho n.º 300/GP/AP/2012, de 26 de dezembro.

Nestes termos, e tendo em vista a ocupação do lugar em regime de comissão de serviço, **a Câmara Municipal delibera ao abrigo da competência prevista na alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, que se iniciem os procedimentos de seleção tendentes à nomeação de titular para o cargo de Chefe da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento**, a efetuar nos termos que a seguir se indicam:

1. Recrutamento

1.1. Área de recrutamento:

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 20º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, na sua redação atual, o recrutamento dos titulares dos cargos de direção intermédia de 2.º grau é efetuado por procedimento concursal, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura.

1.2. Requisitos legais de provimento:

Os candidatos a titular do cargo dirigente a prover têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos formais de recrutamento:

- a) Trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado;
- b) Licenciatura;
- c) Mínimo de quatro anos de experiência profissional em áreas relevantes do cargo a prover.

A conformidade com os requisitos formais de recrutamento será aferida na primeira fase procedimental de seleção dos candidatos.

2. Perfil exigido

Tendo por base o mapa de pessoal aprovado e o Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande, e por forma a alcançar a melhor prossecução das funções e objetivos cometidos à Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, e responder de forma rápida e eficiente às crescentes exigências, os candidatos a titular do cargo dirigente a prover têm de reunir competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo.

A conformidade com o perfil exigido será aferida na segunda fase procedimental de seleção dos candidatos, com base nos seguintes critérios objetivos:

- a) Formação académica: Licenciatura na área de Gestão e Administração Pública ou Gestão;
- b) Conhecimentos do conteúdo funcional do cargo: o candidato tem de possuir adequados conhecimentos do conteúdo funcional do lugar a prover, demonstrando, de forma clara, objetiva e inequívoca, uma perceção ampla e cabal das tarefas a desenvolver e das responsabilidades que lhe cabe assumir;
- c) Experiência profissional: o candidato tem de possuir experiência profissional nas áreas de áreas de educação, intervenção social, cultura, turismo e todos os restantes procedimentos técnico-administrativos afetos à Divisão, com especial relevância no efetivo desempenho de funções de gestão e coordenação;
- d) Formação profissional: o candidato tem de possuir formação profissional relevante na área, demonstrar conhecimentos especializados e experiência, demonstrar o interesse na atualização sobre as áreas de conhecimento relevantes para a missão e objetivos do serviço, e a utilização das tecnologias de informação e comunicação com vista à realização de um trabalho de melhor qualidade;
- e) Orientação para os resultados: o candidato tem de demonstrar aptidão para se focalizar na concretização dos objetivos do serviço e o compromisso com os resultados a alcançar, demonstrar ter noção das prioridades e capacidade para responder de forma ágil às situações de pressão e urgência, sendo igualmente importante neste âmbito a capacidade de assumir a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso dos resultados atingidos;
- f) Liderança e gestão das pessoas: o candidato tem de demonstrar aptidão para suscitar e manter a disciplina, o respeito e o sentido de responsabilidade dos seus colaboradores, assim como, para os orientar e influenciar positivamente na prossecução dos objetivos traçados, zelando e acompanhando o seu desenvolvimento profissional e pessoal, fomentando a iniciativa individual e a criatividade, numa atitude de reconhecimento e compreensão. Deve ainda demonstrar capacidade para promover o espírito de grupo e um clima organizacional propício à participação e cooperação, dentro da própria unidade orgânica e entre as restantes;

g) Visão estratégica: o candidato tem de demonstrar capacidade para analisar o ambiente interno e externo, antecipar a sua evolução e prever os impactos na organização e no serviço, revelando uma perspetiva de gestão alargada e direcionada para o futuro de modo a definir as estratégias e os objetivos de acordo com essa visão;

h) Poder de decisão: o candidato tem de demonstrar capacidade para equacionar soluções, dar orientações e tomar medidas, assumindo as responsabilidades decorrentes das mesmas, tendo sempre presente as prioridades do serviço e a urgência das situações, tomando medidas e/ou opções em tempo útil e de modo eficaz e profícuo. Valoriza-se ainda, a capacidade de autoconfiança e decisão, mesmo quando se trata de opções difíceis;

i) Orientação para a missão do serviço público: ainda que não conste do perfil definido no mapa de pessoal aprovado, mas não estando alheios a todas as exigências legais e formais a que atualmente a administração pública está sujeita, será ainda avaliada a capacidade de orientação para a missão do serviço público respeitando, no desempenho das funções, os valores e princípios fundamentais que regem toda a atividade administrativa.

3. Formalização das candidaturas

3.1 Os candidatos deverão formalizar as suas candidaturas em requerimento próprio, disponível no sítio da internet em www.cm-mgrande.pt, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, podendo ser entregue pessoalmente (ou por correio, com aviso de receção expedido até ao termo do prazo fixado) na Câmara Municipal, das 09:00 às 12:30 e das 14:00 às 17:30, Praça Guilherme Stephens, 2430-522 Marinha Grande, no prazo de 10 dias (úteis) contados da publicitação na bolsa de emprego público, e no qual deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa do candidato (nome completo, data de nascimento, naturalidade, filiação, estado civil, nacionalidade, número, datas de emissão e validade e serviço emissor do Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão ou equivalente, Número de Identificação Fiscal, situação militar, profissão, residência, código postal, telefone e endereço eletrónico se tiver);
- b) Habilitações académicas;
- c) Identificação do cargo dirigente a que se candidata;
- d) Código de oferta e data de publicitação do aviso na bolsa de emprego público;
- e) Declaração inequívoca da posse dos requisitos legais de provimento a que se refere o ponto 1.2.

3.2. O requerimento de admissão ao procedimento concursal deverá ser acompanhado da seguinte documentação:

- a) Curriculum vitae detalhado, documentado, datado e assinado, bem como devidamente esclarecedor e pormenorizado quanto ao percurso profissional do candidato;
- b) Fotocópias simples do Bilhete de Identidade e do Cartão de Contribuinte Fiscal ou do Cartão de Cidadão ou de outro(s) documento(s) equivalente(s);

- c) Fotocópia simples do certificado de habilitações académicas ou outro documento idóneo;
- d) Declaração, devidamente autenticada e atualizada, emitida pelo serviço ou organismo de origem, no caso de trabalhadores de outros serviços, da qual resulte inequivocamente a natureza do vínculo e o tempo de serviço em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento tenha sido exigida a licenciatura indicada como requisito formal de recrutamento, bem como o respetivo conteúdo funcional, com especificação das tarefas e responsabilidades inerentes ao(s) mesmo(s);
- e) Deverão ainda ser apresentados documentos comprovativos da formação e da experiência profissionais (onde constem inequivocamente as funções/atividades/cargos exercidos, bem como a duração dos mesmos), detidos pelo candidato.

3.3. Os candidatos que sejam trabalhadores da Câmara Municipal da Marinha Grande, ou que na mesma exerçam funções em regime de mobilidade ou em comissão de serviço, ficam dispensados da apresentação de documentos que constem dos respetivos processos individuais.

3.4. A não apresentação dos documentos previstos nas alíneas a) a d) do ponto 3.2. até ao fim do prazo estabelecido para apresentação de candidaturas, determina a exclusão do candidato.

3.5. Só serão considerados, para efeitos de aplicação dos métodos de seleção, os documentos descritos na alínea e) do ponto 3.2., desde que os mesmos sejam entregues até ao fim do prazo para apresentação de candidatura.

3.6. A conformidade com os requisitos formais de candidatura considerados essenciais será aferida na primeira fase procedimental de seleção dos candidatos.

4. Seleção

4.1. Júri de recrutamento:

O júri de recrutamento foi designado pela Assembleia Municipal, em 22 de fevereiro de 2013, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e é composto pelos seguintes elementos:

- Sr.ª Doutora Elisabete Fernanda Mendes Duarte, Professora Coordenadora da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, integrada no Instituto Politécnico de Leiria – Presidente;
- Sr. Dr. Paulo Manuel Ferreira Guarda Felício, Chefe da Divisão de Juventude e Educação da Câmara Municipal de Leiria, em regime de substituição, e Sr.ª Dr.ª Lina Fernanda Vieira Frazão, Chefe da Divisão de Administração e Modernização desta Câmara Municipal, em regime de substituição – Vogais;

A este júri, cabe assegurar as seguintes funções:

- a) Exigir a qualquer dos candidatos, em caso de dúvida sobre as declarações prestadas, a apresentação de documentos comprovativos das mesmas;
- b) Estabelecer os critérios de apreciação e ponderação da Avaliação Curricular e Entrevista Pública;
- c) Proceder à apreciação liminar das candidaturas, atribuindo a cada candidato a menção de “admitido” ou “excluído” em função do cumprimento ou não dos requisitos legais de provimento;
- d) Proceder à Avaliação Curricular e à Entrevista Pública, por forma a apreciar o preenchimento dos diversos itens do perfil pretendido para o desempenho do cargo, atribuindo a cada candidato a menção final classificativa de “perfil adequado” ou de “perfil não adequado” ao desempenho do cargo a prover;
- e) Elaborar a proposta de designação, com a indicação das razões porque a escolha recaiu no candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes candidatos.

4.2. Fases procedimentais:

4.2.1. Apreciação liminar de candidaturas – A apreciação liminar das candidaturas destina-se à verificação do preenchimento dos requisitos legais de provimento do lugar, em conformidade com o estabelecido no n.º 1 do artigo 20º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, na sua redação atual.

Da referida análise resultará a atribuição a cada candidato das menções de “admitido” ou “excluído”, em função, respetivamente, do cumprimento ou não dos requisitos formais de candidatura e de recrutamento.

4.2.2. Aplicação dos métodos de seleção e classificação dos candidatos – A aplicação dos métodos de seleção destina-se a verificar se os candidatos detêm a competência técnica e a aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, com base nos critérios objetivos destinados a aferir a conformidade com o perfil exigido para o desempenho do respetivo cargo dirigente e acima enunciados e mediante o recurso à Avaliação Curricular (AC) e à Entrevista Pública (EP), nos moldes que venham a ser fixados pelo júri e consignados em ata de reunião a realizar após conhecimento da presente deliberação.

4.2.3. Elaboração da proposta de designação – Findo o procedimento concursal, o júri elabora a proposta de designação, escolhendo de entre os candidatos com perfil adequado, aquele que reúne melhores condições para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, com a indicação das razões porque a escolha recaiu no candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes.

5. Publicitação:

O aviso do procedimento de seleção e provimento dos cargos de direção intermédia é publicitado na bolsa de emprego público, em órgão de imprensa de expansão nacional e na 2.ª série do Diário da República, em obediência ao disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/05/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

6. Provimento:

O titular do cargo de Chefe da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento será provido mediante despacho do Presidente da Câmara, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, nos termos do disposto nos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e ao abrigo da competência conferida pelo artigo 23.º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto.

7. Despacho de designação:

O despacho de designação, devidamente fundamentado, é publicado no Diário da República juntamente com uma nota relativa ao currículo académico e profissional do designado, nos termos do n.º 11 do já citado artigo 21.º.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - PROCESSO DE SELEÇÃO, DESTINADO À ESCOLHA DE TITULAR DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU - CHEFE DA DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS URBANOS

426 - Na sequência da adequação da estrutura orgânica às regras e critérios previstos na Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, que adapta à administração autárquica a Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, foi criada a Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos (artigo 22.º do Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande, publicado na 2.ª série do Diário da República nº 3, de 4 de janeiro de 2013).

A Câmara Municipal, em sua reunião ordinária de 10 de janeiro de 2013, deliberou ao abrigo da competência estabelecida no artigo 4.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, e alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, aprovar a abertura de procedimentos concursais tendentes ao provimento dos cargos de direção intermédia que compõem a atual estrutura orgânica.

Em sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 22 de fevereiro de 2013, e sob proposta da Câmara Municipal, foi designado o respetivo júri de recrutamento dos cargos dirigentes, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto.

O lugar de Chefe da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos encontra-se atualmente preenchido em regime de substituição, conforme despacho nº 300/GP/AP/2012, de 26 de dezembro.

Nestes termos, e tendo em vista a ocupação do lugar em regime de comissão de serviço, **a Câmara Municipal delibera ao abrigo da competência prevista na alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, que se iniciem**

os procedimentos de seleção tendentes à nomeação de titular para o cargo de Chefe da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, a efetuar nos termos que a seguir se indicam:

1. Recrutamento

1.1. Área de recrutamento:

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 20º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, na sua redação atual, o recrutamento dos titulares dos cargos de direção intermédia de 2.º grau é efetuado por procedimento concursal, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura.

1.2. Requisitos legais de provimento:

Os candidatos a titular do cargo dirigente a prover têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos formais de recrutamento:

- a) Trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado;
- b) Licenciatura;
- c) Mínimo de quatro anos de experiência profissional em áreas relevantes do cargo a prover.

A conformidade com os requisitos formais de recrutamento será aferida na primeira fase procedimental de seleção dos candidatos.

2. Perfil exigido

Tendo por base o mapa de pessoal aprovado e o Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande, e por forma a alcançar a melhor prossecução das funções e objetivos cometidos à Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, e responder de forma rápida e eficiente às crescentes exigências, os candidatos a titular do cargo dirigente a prover têm de reunir competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo.

A conformidade com o perfil exigido será aferida na segunda fase procedimental de seleção dos candidatos, com base nos seguintes critérios objetivos:

- a) Formação académica: Licenciatura na área de Engenharia Civil;
- b) Conhecimentos do conteúdo funcional do cargo: o candidato tem de possuir adequados conhecimentos do conteúdo funcional do lugar a prover, demonstrando, de forma clara, objetiva e inequívoca, uma perceção ampla e cabal das tarefas a desenvolver e das responsabilidades que lhe cabe assumir;

c) Experiência profissional: o candidato tem de possuir experiência profissional nas áreas das infraestruturas, parques e jardins, limpeza urbana e todos os restantes procedimentos técnico-administrativos afetos à Divisão, com especial relevância no efetivo desempenho de funções de gestão e coordenação;

d) Formação profissional: o candidato tem de possuir formação profissional relevante na área, demonstrar conhecimentos especializados e experiência, demonstrar o interesse na atualização sobre as áreas de conhecimento relevantes para a missão e objetivos do serviço, e a utilização das tecnologias de informação e comunicação com vista à realização de um trabalho de melhor qualidade;

e) Orientação para os resultados: o candidato tem de demonstrar aptidão para se focalizar na concretização dos objetivos do serviço e o compromisso com os resultados a alcançar, demonstrar ter noção das prioridades e capacidade para responder de forma ágil às situações de pressão e urgência, sendo igualmente importante neste âmbito a capacidade de assumir a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso dos resultados atingidos;

f) Liderança e gestão das pessoas: o candidato tem de demonstrar aptidão para suscitar e manter a disciplina, o respeito e o sentido de responsabilidade dos seus colaboradores, assim como, para os orientar e influenciar positivamente na prossecução dos objetivos traçados, zelando e acompanhando o seu desenvolvimento profissional e pessoal, fomentando a iniciativa individual e a criatividade, numa atitude de reconhecimento e compreensão. Deve ainda demonstrar capacidade para promover o espírito de grupo e um clima organizacional propício à participação e cooperação, dentro da própria unidade orgânica e entre as restantes;

g) Visão estratégica: o candidato tem de demonstrar capacidade para analisar o ambiente interno e externo, antecipar a sua evolução e prever os impactos na organização e no serviço, revelando uma perspetiva de gestão alargada e direcionada para o futuro de modo a definir as estratégias e os objetivos de acordo com essa visão;

h) Poder de decisão: o candidato tem de demonstrar capacidade para equacionar soluções, dar orientações e tomar medidas, assumindo as responsabilidades decorrentes das mesmas, tendo sempre presente as prioridades do serviço e a urgência das situações, tomando medidas e/ou opções em tempo útil e de modo eficaz e profícuo. Valoriza-se ainda, a capacidade de autoconfiança e decisão, mesmo quando se trata de opções difíceis;

i) Orientação para a missão do serviço público: ainda que não conste do perfil definido no mapa de pessoal aprovado, mas não estando alheios a todas as exigências legais e formais a que atualmente a administração pública está sujeita, será ainda avaliada a capacidade de orientação para a missão do serviço público

respeitando, no desempenho das funções, os valores e princípios fundamentais que regem toda a atividade administrativa.

3. Formalização das candidaturas

3.1 Os candidatos deverão formalizar as suas candidaturas em requerimento próprio, disponível no sítio da internet em www.cm-mgrande.pt, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, podendo ser entregue pessoalmente (ou por correio, com aviso de receção expedido até ao termo do prazo fixado) na Câmara Municipal, das 09:00 às 12:30 e das 14:00 às 17:30, Praça Guilherme Stephens, 2430-522 Marinha Grande, no prazo de 10 dias (úteis) contados da publicitação na bolsa de emprego público, e no qual deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa do candidato (nome completo, data de nascimento, naturalidade, filiação, estado civil, nacionalidade, número, datas de emissão e validade e serviço emissor do Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão ou equivalente, Número de Identificação Fiscal, situação militar, profissão, residência, código postal, telefone e endereço eletrónico se tiver);
- b) Habilitações académicas;
- c) Identificação do cargo dirigente a que se candidata;
- d) Código de oferta e data de publicitação do aviso na bolsa de emprego público;
- e) Declaração inequívoca da posse dos requisitos legais de provimento a que se refere o ponto 1.2.

3.2. O requerimento de admissão ao procedimento concursal deverá ser acompanhado da seguinte documentação:

- a) Curriculum vitae detalhado, documentado, datado e assinado, bem como devidamente esclarecedor e pormenorizado quanto ao percurso profissional do candidato;
- b) Fotocópias simples do Bilhete de Identidade e do Cartão de Contribuinte Fiscal ou do Cartão de Cidadão ou de outro(s) documento(s) equivalente(s);
- c) Fotocópia simples do certificado de habilitações académicas ou outro documento idóneo;
- d) Declaração, devidamente autenticada e atualizada, emitida pelo serviço ou organismo de origem, no caso de trabalhadores de outros serviços, da qual resulte inequivocamente a natureza do vínculo e o tempo de serviço em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento tenha sido exigida a licenciatura indicada como requisito formal de recrutamento, bem como o respetivo conteúdo funcional, com especificação das tarefas e responsabilidades inerentes ao(s) mesmo(s);
- e) Deverão ainda ser apresentados documentos comprovativos da formação e da experiência profissionais (onde constem inequivocamente as funções/atividades/cargos exercidos, bem como a duração dos mesmos), detidos pelo candidato.

3.3. Os candidatos que sejam trabalhadores da Câmara Municipal da Marinha Grande, ou que na mesma exerçam funções em regime de mobilidade ou em comissão de serviço,

ficam dispensados da apresentação de documentos que constem dos respetivos processos individuais.

3.4. A não apresentação dos documentos previstos nas alíneas a) a d) do ponto 3.2. até ao fim do prazo estabelecido para apresentação de candidaturas, determina a exclusão do candidato.

3.5. Só serão considerados, para efeitos de aplicação dos métodos de seleção, os documentos descritos na alínea e) do ponto 3.2., desde que os mesmos sejam entregues até ao fim do prazo para apresentação de candidatura.

3.6. A conformidade com os requisitos formais de candidatura considerados essenciais será aferida na primeira fase procedimental de seleção dos candidatos.

4. Seleção

4.1. Júri de recrutamento:

O júri de recrutamento foi designado pela Assembleia Municipal, em 22 de fevereiro de 2013, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e é composto pelos seguintes elementos:

- Sr. Doutor Florindo José Mendes Gaspar, Professor Adjunto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, integrada no Instituto Politécnico de Leiria – Presidente;
- Sr. Arqt.º Fernando Santos Almeida, Diretor do Departamento de Infraestruturas e Manutenção da Câmara Municipal de Leiria, em regime de substituição, e Sr. Dr. Pedro Nuno Jerónimo Gonçalves, Chefe da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento desta Câmara Municipal, em regime de substituição – Vogais;

A este júri, cabe assegurar as seguintes funções:

- a) Exigir a qualquer dos candidatos, em caso de dúvida sobre as declarações prestadas, a apresentação de documentos comprovativos das mesmas;
- b) Estabelecer os critérios de apreciação e ponderação da Avaliação Curricular e Entrevista Pública;
- c) Proceder à apreciação liminar das candidaturas, atribuindo a cada candidato a menção de “admitido” ou “excluído” em função do cumprimento ou não dos requisitos legais de provimento;
- d) Proceder à Avaliação Curricular e à Entrevista Pública, por forma a apreciar o preenchimento dos diversos itens do perfil pretendido para o desempenho do cargo, atribuindo a cada candidato a menção final classificativa de “perfil adequado” ou de “perfil não adequado” ao desempenho do cargo a prover;
- e) Elaborar a proposta de designação, com a indicação das razões porque a escolha recaiu no candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes candidatos.

4.2. Fases procedimentais:

4.2.1. Apreciação liminar de candidaturas – A apreciação liminar das candidaturas destina-se à verificação do preenchimento dos requisitos legais de provimento do lugar, em

conformidade com o estabelecido no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, na sua redação atual.

Da referida análise resultará a atribuição a cada candidato das menções de “admitido” ou “excluído”, em função, respetivamente, do cumprimento ou não dos requisitos formais de candidatura e de recrutamento.

4.2.2. Aplicação dos métodos de seleção e classificação dos candidatos – A aplicação dos métodos de seleção destina-se a verificar se os candidatos detêm a competência técnica e a aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, com base nos critérios objetivos destinados a aferir a conformidade com o perfil exigido para o desempenho do respetivo cargo dirigente e acima enunciados e mediante o recurso à Avaliação Curricular (AC) e à Entrevista Pública (EP), nos moldes que venham a ser fixados pelo júri e consignados em ata de reunião a realizar após conhecimento da presente deliberação.

4.2.3. Elaboração da proposta de designação – Findo o procedimento concursal, o júri elabora a proposta de designação, escolhendo de entre os candidatos com perfil adequado, aquele que reúne melhores condições para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, com a indicação das razões porque a escolha recaiu no candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes.

5. Publicitação:

O aviso do procedimento de seleção e provimento dos cargos de direção intermédia é publicitado na bolsa de emprego público, em órgão de imprensa de expansão nacional e na 2.ª série do Diário da República, em obediência ao disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual.

6. Provimento:

O titular do cargo de Chefe da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos será provido mediante despacho do Presidente da Câmara, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, nos termos do disposto nos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e ao abrigo da competência conferida pelo artigo 23.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

7. Despacho de designação:

O despacho de designação, devidamente fundamentado, é publicado no Diário da República juntamente com uma nota relativa ao currículo académico e profissional do designado, nos termos do n.º 11 do já citado artigo 21.º.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - PROCESSO DE SELEÇÃO, DESTINADO À ESCOLHA DE TITULAR DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU - CHEFE DE UNIDADE PARA A DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

427 - Na sequência da adequação da estrutura orgânica às regras e critérios previstos na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que adapta à administração autárquica a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, foi criado um cargo de direção intermédia de 3.º grau – Chefe de Unidade na Divisão de Administração e Modernização, cuja área de competência técnica abrange o controlo de processos, apoio técnico, monitorização e acompanhamento do SIADAP 1, 2 e 3, coordenação da aplicação de métodos e instrumentos de análise e apreciação da qualidade dos serviços prestados, controlo e gestão da execução orçamental das diversas áreas de intervenção da unidade orgânica, coordenação da desmaterialização e simplificação de métodos e processos de trabalho.

A Câmara Municipal, em sua reunião ordinária de 10 de janeiro de 2013, deliberou ao abrigo da competência estabelecida no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, e alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, aprovar a abertura de procedimentos concursais tendentes ao provimento dos cargos de direção intermédia que compõem a atual estrutura orgânica.

Em sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 22 de fevereiro de 2013, e sob proposta da Câmara Municipal, foi designado o respetivo júri de recrutamento dos cargos dirigentes, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

O lugar de Chefe de Unidade na Divisão de Administração e Modernização encontra-se atualmente preenchido em regime de substituição, conforme despacho n.º 301/GP/AP/2012, de 26 de dezembro.

Nestes termos, e tendo em vista a ocupação do lugar em regime de comissão de serviço, **a Câmara Municipal delibera ao abrigo da competência prevista na alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, que se iniciem os procedimentos de seleção tendentes à nomeação de titular para o cargo de Chefe de Unidade na Divisão de Administração e Modernização**, a efetuar nos termos que a seguir se indicam:

1. Recrutamento

1.1. Área de recrutamento:

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 20º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande, publicado na 2.ª série do Diário da

República n.º 3, de 4 de janeiro de 2013, o recrutamento do titular dos cargos de direção intermédia de 3.º grau será feito de entre trabalhadores que reúnam os requisitos formais de recrutamento e o perfil adequado ao desempenho do respetivo cargo.

1.2. Requisitos legais de provimento:

Os candidatos a titular do cargo dirigente a prover têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos formais de recrutamento:

- a) Relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida;
- b) Licenciatura;
- c) Mínimo de três anos de experiência profissional em áreas relevantes do cargo a prover.

A conformidade com os requisitos formais de recrutamento será aferida na primeira fase procedimental de seleção dos candidatos.

2. Perfil exigido

Tendo por base o mapa de pessoal aprovado e o Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande, e por forma a alcançar a melhor prossecução das funções e objetivos cometidos à Chefia de Unidade, e responder de forma rápida e eficiente às crescentes exigências, os candidatos a titular do cargo dirigente a prover têm de reunir competência técnica a aptidão para o exercício de função de direção, coordenação e controlo.

A conformidade com o perfil exigido será aferida na segunda fase procedimental de seleção dos candidatos, com base nos seguintes critérios objetivos:

- a) Formação académica: Licenciatura na área de Gestão Pública e Autárquica;
- b) Conhecimentos do conteúdo funcional do cargo: o candidato tem de possuir adequados conhecimentos do conteúdo funcional do lugar a prover, demonstrando, de forma clara, objetiva e inequívoca, uma perceção ampla e cabal das tarefas a desenvolver e das responsabilidades que lhe cabe assumir;
- c) Experiência profissional: o candidato tem de possuir experiência profissional nas áreas de gestão do processo de avaliação do desempenho da administração pública, métodos e instrumentos de análise e apreciação da qualidade dos serviços prestados, gestão orçamental e todos os procedimentos técnico-administrativos com especial relevância no efetivo desempenho das funções a desempenhar;
- d) Formação profissional e conhecimentos especializados: o candidato tem de possuir formação profissional relevante na área, demonstrar conhecimentos especializados e experiência, demonstrar o interesse na atualização sobre as áreas de conhecimento relevantes para a missão e objetivos do serviço, e a utilização das tecnologias de informação e comunicação com vista à realização de um trabalho de melhor qualidade;

e) Orientação para os resultados: o candidato tem de demonstrar aptidão para se focalizar na concretização dos objetivos do serviço e o compromisso com os resultados a alcançar, demonstrar ter noção das prioridades e capacidade para responder de forma ágil às situações de pressão e urgência, sendo igualmente importante neste âmbito a capacidade de assumir a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso dos resultados atingidos;

f) Planeamento e organização: o candidato tem de demonstrar aptidão para prever e antecipar as necessidades e estabelecer os objetivos e os meios para os alcançar e subsequentemente, definir e atribuir tarefas aos seus colaboradores e afetar os recursos adequados à obtenção dos objetivos fixados;

g) Análise da informação e sentido crítico: o candidato tem de demonstrar capacidade para analisar de forma crítica e lógica a informação necessária à realização da sua atividade e como suporte à tomada de decisão, ponderando, perante os problemas, as diversas alternativas de resposta, propondo soluções ou resolvendo-os em tempo considerado útil. Valoriza-se ainda, a capacidade de fundamentar ideias e pontos de vista;

h) Orientação para a missão do serviço público: ainda que não conste do perfil definido no mapa de pessoal aprovado, mas não estando alheios a todas as exigências legais e formais a que atualmente a administração pública está sujeita, será ainda avaliada a capacidade de orientação para a missão do serviço público respeitando, no desempenho das funções, os valores e princípios fundamentais que regem toda a atividade administrativa.

3. Formalização das candidaturas

3.1 Os candidatos deverão formalizar as suas candidaturas em requerimento próprio, disponível no sítio da internet em www.cm-mgrande.pt, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, podendo ser entregue pessoalmente (ou por correio, com aviso de receção expedido até ao termo do prazo fixado) na Câmara Municipal, das 09:00 às 12:30 e das 14:00 às 17:30, Praça Guilherme Stephens, 2430-522 Marinha Grande, no prazo de 10 dias (úteis) contados da publicitação na bolsa de emprego público, e no qual deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa do candidato (nome completo, data de nascimento, naturalidade, filiação, estado civil, nacionalidade, número, datas de emissão e validade e serviço emissor do Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão ou equivalente, Número de Identificação Fiscal, situação militar, profissão, residência, código postal, telefone e endereço eletrónico se tiver);
- b) Habilitações académicas;
- c) Identificação do cargo dirigente a que se candidata;
- d) Código de oferta e data de publicitação do aviso na bolsa de emprego público;
- e) Declaração inequívoca da posse dos requisitos legais de provimento a que se refere o ponto 1.2.

3.2. O requerimento de admissão ao procedimento concursal deverá ser acompanhado da seguinte documentação:

- a) Curriculum vitae detalhado, documentado, datado e assinado, bem como devidamente esclarecedor e pormenorizado quanto ao percurso profissional do candidato;
- b) Fotocópias simples do Bilhete de Identidade e do Cartão de Contribuinte Fiscal ou do Cartão de Cidadão ou de outro(s) documento(s) equivalente(s);
- c) Fotocópia simples do certificado de habilitações académicas ou outro documento idóneo;
- d) Declaração, devidamente autenticada e atualizada, emitida pelo serviço ou organismo de origem, no caso de trabalhadores de outros serviços, da qual resulte inequivocamente a natureza do vínculo e o tempo de serviço em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento tenha sido exigida a licenciatura indicada como requisito formal de recrutamento, bem como o respetivo conteúdo funcional, com especificação das tarefas e responsabilidades inerentes ao(s) mesmo(s);
- e) Deverão ainda ser apresentados documentos comprovativos da formação e da experiência profissionais (onde constem inequivocamente as funções/atividades/cargos exercidos, bem como a duração dos mesmos), detidos pelo candidato.

3.3. Os candidatos que sejam trabalhadores da Câmara Municipal da Marinha Grande, ou que na mesma exerçam funções em regime de mobilidade ou em comissão de serviço, ficam dispensados da apresentação de documentos que constem dos respetivos processos individuais.

3.4. A não apresentação dos documentos previstos nas alíneas a) a d) do ponto 3.2. até ao fim do prazo estabelecido para apresentação de candidaturas, determina a exclusão do candidato.

3.5. Só serão considerados, para efeitos de aplicação dos métodos de seleção, os documentos descritos na alínea e) do ponto 3.2., desde que os mesmos sejam entregues até ao fim do prazo para apresentação de candidatura.

3.6. A conformidade com os requisitos formais de candidatura considerados essenciais será aferida na primeira fase procedimental de seleção dos candidatos.

4. Seleção

4.1. Júri de recrutamento:

O júri de recrutamento foi designado pela Assembleia Municipal, em 22 de fevereiro de 2013, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e é composto pelos seguintes elementos:

- Sr.ª Dr.ª Maria Leonor Silva Correia Lourenço, Chefe da Divisão Jurídica e Administrativa da Câmara Municipal de Leiria, em regime de substituição — Presidente;

– Sr. Eng.^o Nuno Miguel Pedrosa Cruz Monteiro, Chefe da Divisão de Informática da Câmara Municipal de Leiria, em regime de substituição, e Sr.^a Dr.^a Lina Fernanda Vieira Frazão, Chefe da Divisão de Administração e Modernização desta Câmara Municipal, em regime de substituição – Vogais;

A este júri, cabe assegurar as seguintes funções:

- a) Exigir a qualquer dos candidatos, em caso de dúvida sobre as declarações prestadas, a apresentação de documentos comprovativos das mesmas;
- b) Estabelecer os critérios de apreciação e ponderação da Avaliação Curricular e Entrevista Pública;
- c) Proceder à apreciação liminar das candidaturas, atribuindo a cada candidato a menção de “admitido” ou “excluído” em função do cumprimento ou não dos requisitos legais de provimento;
- d) Proceder à Avaliação Curricular e à Entrevista Pública, por forma a apreciar o preenchimento dos diversos itens do perfil pretendido para o desempenho do cargo, atribuindo a cada candidato a menção final classificativa de “perfil adequado” ou de “perfil não adequado” ao desempenho do cargo a prover;
- e) Elaborar a proposta de designação, com a indicação das razões porque a escolha recaiu no candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes candidatos.

4.2. Fases procedimentais:

4.2.1. Apreciação liminar de candidaturas – A apreciação liminar das candidaturas destina-se à verificação do preenchimento dos requisitos legais de provimento do lugar, em conformidade com o estabelecido no n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande.

Da referida análise resultará a atribuição a cada candidato das menções de “admitido” ou “excluído”, em função, respetivamente, do cumprimento ou não dos requisitos formais de candidatura e de recrutamento.

4.2.2. Aplicação dos métodos de seleção e classificação dos candidatos – A aplicação dos métodos de seleção destina-se a verificar se os candidatos detêm a competência técnica e a aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, com base nos critérios objetivos destinados a aferir a conformidade com o perfil exigido para o desempenho do respetivo cargo dirigente e acima enunciados e mediante o recurso à Avaliação Curricular (AC) e à Entrevista Pública (EP), nos moldes que venham a ser fixados pelo júri e consignados em ata de reunião a realizar após conhecimento da presente deliberação.

4.2.3. Elaboração da proposta de designação – Findo o procedimento concursal, o júri elabora a proposta de designação, escolhendo de entre os candidatos com perfil adequado, aquele que reúne melhores condições para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, com a indicação das razões porque a escolha recaiu no candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes.

5. Publicitação:

O aviso do procedimento de seleção e provimento dos cargos de direção intermédia é publicitado na bolsa de emprego público, em órgão de imprensa de expansão nacional e na 2.ª série do Diário da República, em obediência ao disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, aplicável por força do disposto no n.º 5 do artigo 7.º Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande.

6. Provimento:

O titular do cargo de Chefe de Unidade na Divisão de Administração e Modernização será provido mediante despacho do Presidente da Câmara, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, nos termos do disposto nos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e ao abrigo da competência conferida pelo artigo 23.º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, por força do disposto no n.º 5 do artigo 7.º Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande.

7. Despacho de designação:

O despacho de designação, devidamente fundamentado, é publicado no Diário da República juntamente com uma nota relativa ao currículo académico e profissional do designado, nos termos do n.º 11 do já citado artigo 21.º, aplicável por força do disposto no n.º 5 do artigo 7.º Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - PROCESSO DE SELEÇÃO, DESTINADO À ESCOLHA DE TITULAR DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU - CHEFE DE UNIDADE PARA A DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

428 - Na sequência da adequação da estrutura orgânica às regras e critérios previstos na Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, que adapta à administração autárquica a Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, foi criado um cargo de direção intermédia de 3.º grau – Chefe de Unidade na Divisão de Ordenamento do Território, cuja área de competência técnica abrange o controlo de processos, atendimento e apoio administrativo da área do urbanismo.

A Câmara Municipal, em sua reunião ordinária de 10 de janeiro de 2013, deliberou ao abrigo da competência estabelecida no artigo 4.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, e alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, aprovar a abertura de procedimentos concursais tendentes ao provimento dos cargos de direção intermédia que compõem a atual estrutura orgânica.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/05/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

Em sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 22 de fevereiro de 2013, e sob proposta da Câmara Municipal, foi designado o respetivo júri de recrutamento dos cargos dirigentes, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

O lugar de Chefe de Unidade na Divisão de Ordenamento do Território encontra-se atualmente preenchido em regime de substituição, conforme despacho n.º 301/GP/AP/2012, de 26 de dezembro.

Nestes termos, e tendo em vista a ocupação do lugar em regime de comissão de serviço, **a Câmara Municipal delibera ao abrigo da competência prevista na alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, que se iniciem os procedimentos de seleção tendentes à nomeação de titular para o cargo de Chefe de Unidade na Divisão de Ordenamento do Território**, a efetuar nos termos que a seguir se indicam:

1. Recrutamento

1.1. Área de recrutamento:

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 20º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande, publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 3, de 4 de janeiro de 2013, o recrutamento do titular dos cargos de direção intermédia de 3.º grau será feito de entre trabalhadores que reúnam os requisitos formais de recrutamento e o perfil adequado ao desempenho do respetivo cargo.

1.2. Requisitos legais de provimento:

Os candidatos a titular do cargo dirigente a prover têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos formais de recrutamento:

- a) Relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida;
- b) Licenciatura;
- c) Mínimo de três anos de experiência profissional em áreas relevantes do cargo a prover.

A conformidade com os requisitos formais de recrutamento será aferida na primeira fase procedimental de seleção dos candidatos.

2. Perfil exigido

Tendo por base o mapa de pessoal aprovado e o Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande, e por forma a alcançar a melhor prossecução das funções e objetivos cometidos à Chefia de Unidade, e responder de forma rápida e eficiente às crescentes exigências, os candidatos a titular do cargo dirigente a prover têm de reunir competência técnica a aptidão para o exercício de função de direção, coordenação e controlo.

A conformidade com o perfil exigido será aferida na segunda fase procedimental de seleção dos candidatos, com base nos seguintes critérios objetivos:

- a) Formação académica: Licenciatura na área de Gestão e Administração Pública;
- b) Conhecimentos do conteúdo funcional do cargo: o candidato tem de possuir adequados conhecimentos do conteúdo funcional do lugar a prover, demonstrando, de forma clara, objetiva e inequívoca, uma perceção ampla e cabal das tarefas a desenvolver e das responsabilidades que lhe cabe assumir;
- c) Experiência profissional: o candidato tem de possuir experiência profissional nas áreas de gestão do processo de avaliação do desempenho da administração pública, métodos e instrumentos de análise e apreciação da qualidade dos serviços prestados, gestão orçamental e todos os procedimentos técnico-administrativos com especial relevância no efetivo desempenho das funções a desempenhar;
- d) Formação profissional e conhecimentos especializados: o candidato tem de possuir formação profissional relevante na área, demonstrar conhecimentos especializados e experiência, demonstrar o interesse na atualização sobre as áreas de conhecimento relevantes para a missão e objetivos do serviço, e a utilização das tecnologias de informação e comunicação com vista à realização de um trabalho de melhor qualidade;
- e) Orientação para os resultados: o candidato tem de demonstrar aptidão para se focalizar na concretização dos objetivos do serviço e o compromisso com os resultados a alcançar, demonstrar ter noção das prioridades e capacidade para responder de forma ágil às situações de pressão e urgência, sendo igualmente importante neste âmbito a capacidade de assumir a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso dos resultados atingidos;
- f) Planeamento e organização: o candidato tem de demonstrar aptidão para prever e antecipar as necessidades e estabelecer os objetivos e os meios para os alcançar e subsequentemente, definir e atribuir tarefas aos seus colaboradores e afetar os recursos adequados à obtenção dos objetivos fixados;
- g) Análise da informação e sentido crítico: o candidato tem de demonstrar capacidade para analisar de forma crítica e lógica a informação necessária à realização da sua atividade e como suporte à tomada de decisão, ponderando, perante os problemas, as diversas alternativas de resposta, propondo soluções ou resolvendo-os em tempo considerado útil. Valoriza-se ainda, a capacidade de fundamentar ideias e pontos de vista;
- h) Orientação para a missão do serviço público: ainda que não conste do perfil definido no mapa de pessoal aprovado, mas não estando alheios a todas as exigências legais e formais a que atualmente a administração pública está sujeita, será ainda avaliada a capacidade de orientação para a missão do serviço público

respeitando, no desempenho das funções, os valores e princípios fundamentais que regem toda a atividade administrativa.

3. Formalização das candidaturas

3.1 Os candidatos deverão formalizar as suas candidaturas em requerimento próprio, disponível no sítio da internet em www.cm-mgrande.pt, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, podendo ser entregue pessoalmente (ou por correio, com aviso de receção expedido até ao termo do prazo fixado) na Câmara Municipal, das 09:00 às 12:30 e das 14:00 às 17:30, Praça Guilherme Stephens, 2430-522 Marinha Grande, no prazo de 10 dias (úteis) contados da publicitação na bolsa de emprego público, e no qual deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa do candidato (nome completo, data de nascimento, naturalidade, filiação, estado civil, nacionalidade, número, datas de emissão e validade e serviço emissor do Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão ou equivalente, Número de Identificação Fiscal, situação militar, profissão, residência, código postal, telefone e endereço eletrónico se tiver);
- b) Habilitações académicas;
- c) Identificação do cargo dirigente a que se candidata;
- d) Código de oferta e data de publicitação do aviso na bolsa de emprego público;
- e) Declaração inequívoca da posse dos requisitos legais de provimento a que se refere o ponto 1.2.

3.2. O requerimento de admissão ao procedimento concursal deverá ser acompanhado da seguinte documentação:

- a) Curriculum vitae detalhado, documentado, datado e assinado, bem como devidamente esclarecedor e pormenorizado quanto ao percurso profissional do candidato;
- b) Fotocópias simples do Bilhete de Identidade e do Cartão de Contribuinte Fiscal ou do Cartão de Cidadão ou de outro(s) documento(s) equivalente(s);
- c) Fotocópia simples do certificado de habilitações académicas ou outro documento idóneo;
- d) Declaração, devidamente autenticada e atualizada, emitida pelo serviço ou organismo de origem, no caso de trabalhadores de outros serviços, da qual resulte inequivocamente a natureza do vínculo e o tempo de serviço em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento tenha sido exigida a licenciatura indicada como requisito formal de recrutamento, bem como o respetivo conteúdo funcional, com especificação das tarefas e responsabilidades inerentes ao(s) mesmo(s);
- e) Deverão ainda ser apresentados documentos comprovativos da formação e da experiência profissionais (onde constem inequivocamente as funções/atividades/cargos exercidos, bem como a duração dos mesmos), detidos pelo candidato.

3.3. Os candidatos que sejam trabalhadores da Câmara Municipal da Marinha Grande, ou que na mesma exerçam funções em regime de mobilidade ou em comissão de serviço, ficam dispensados da apresentação de documentos que constem dos respetivos processos individuais.

3.4. A não apresentação dos documentos previstos nas alíneas a) a d) do ponto 3.2. até ao fim do prazo estabelecido para apresentação de candidaturas, determina a exclusão do candidato.

3.5. Só serão considerados, para efeitos de aplicação dos métodos de seleção, os documentos descritos na alínea e) do ponto 3.2., desde que os mesmos sejam entregues até ao fim do prazo para apresentação de candidatura.

3.6. A conformidade com os requisitos formais de candidatura considerados essenciais será aferida na primeira fase procedimental de seleção dos candidatos.

4. Seleção

4.1. Júri de recrutamento:

O júri de recrutamento foi designado pela Assembleia Municipal, em 22 de fevereiro de 2013, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e é composto pelos seguintes elementos:

- Sr.ª Eng.ª Maria Fernanda Rodrigues Guapo, Diretora do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Leiria, em regime de substituição – Presidente;
- Sr.ª Dr.ª Sandra Isabel Cadima Carreira Albuquerque, Chefe da Divisão de Planeamento, Ordenamento e Estratégia Territorial da Câmara Municipal de Leiria, em regime de substituição, e Sr.ª Dr.ª Inês Maria dos Santos Pinto Marrazes, Chefe da Divisão de Ordenamento do Território desta Câmara Municipal, em regime de substituição – Vogais;

A este júri, cabe assegurar as seguintes funções:

- a) Exigir a qualquer dos candidatos, em caso de dúvida sobre as declarações prestadas, a apresentação de documentos comprovativos das mesmas;
- b) Estabelecer os critérios de apreciação e ponderação da Avaliação Curricular e Entrevista Pública;
- c) Proceder à apreciação liminar das candidaturas, atribuindo a cada candidato a menção de “admitido” ou “excluído” em função do cumprimento ou não dos requisitos legais de provimento;
- d) Proceder à Avaliação Curricular e à Entrevista Pública, por forma a apreciar o preenchimento dos diversos itens do perfil pretendido para o desempenho do cargo, atribuindo a cada candidato a menção final classificativa de “perfil adequado” ou de “perfil não adequado” ao desempenho do cargo a prover;
- e) Elaborar a proposta de designação, com a indicação das razões porque a escolha recaiu no candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes candidatos.

4.2. Fases procedimentais:

4.2.1. Apreciação liminar de candidaturas – A apreciação liminar das candidaturas destina-se à verificação do preenchimento dos requisitos legais de provimento do lugar, em conformidade com o estabelecido no n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande.

Da referida análise resultará a atribuição a cada candidato das menções de “admitido” ou “excluído”, em função, respetivamente, do cumprimento ou não dos requisitos formais de candidatura e de recrutamento.

4.2.2. Aplicação dos métodos de seleção e classificação dos candidatos – A aplicação dos métodos de seleção destina-se a verificar se os candidatos detêm a competência técnica e a aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, com base nos critérios objetivos destinados a aferir a conformidade com o perfil exigido para o desempenho do respetivo cargo dirigente e acima enunciados e mediante o recurso à Avaliação Curricular (AC) e à Entrevista Pública (EP), nos moldes que venham a ser fixados pelo júri e consignados em ata de reunião a realizar após conhecimento da presente deliberação.

4.2.3. Elaboração da proposta de designação – Findo o procedimento concursal, o júri elabora a proposta de designação, escolhendo de entre os candidatos com perfil adequado, aquele que reúne melhores condições para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, com a indicação das razões porque a escolha recaiu no candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes.

5. Publicitação:

O aviso do procedimento de seleção e provimento dos cargos de direção intermédia é publicitado na bolsa de emprego público, em órgão de imprensa de expansão nacional e na 2.ª série do Diário da República, em obediência ao disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, aplicável por força do disposto no n.º 5 do artigo 7.º Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande.

6. Provimento:

O titular do cargo de Chefe de Unidade na Divisão de Ordenamento do Território será provido mediante despacho do Presidente da Câmara, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, nos termos do disposto nos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e ao abrigo da competência conferida pelo artigo 23.º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, por força do disposto no n.º 5 do artigo 7.º Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande.

7. Despacho de designação:

O despacho de designação, devidamente fundamentado, é publicado no Diário da República juntamente com uma nota relativa ao currículo académico e profissional do designado, nos

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/05/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

termos do n.º 11 do já citado artigo 21.º, aplicável por força do disposto no n.º 5 do artigo 7.º Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE

429 - Presente projeto de Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município da Marinha Grande.

- Considerando que o Decreto-Lei nº 48/96, de 15 de maio, que dispõe sobre o regime de horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais sofreu alterações operadas pelos Decretos-Lei nºs 126/96, de 10 de agosto e 111/2010, de 15 de outubro;

- Considerando que em 1 de abril de 2011, com a publicação do Decreto-Lei nº 48/2011, no âmbito da iniciativa “Licenciamento Zero” o regime dos horários de funcionamento veio a sofrer algumas alterações, que entraram em vigor com o funcionamento do Balcão do Empreendedor no dia 2 de maio de 2013;

- Considerando que as mencionadas alterações se repercutem substancialmente em alguns procedimentos, que advêm diretamente do licenciamento zero, nomeadamente, a eliminação da obrigatoriedade da emissão do mapa de horário por parte da autarquia, devendo o explorador do estabelecimento proceder a uma mera comunicação prévia no “Balcão do Empreendedor”;

- Considerando que o Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Concelho da Marinha Grande data já de 1996 e já se encontra desajustado nestas matérias;

-Considerando que, face à amplitude das alterações aludidas, ganha assumida importância a concretização de um novo Regulamento que materialize de forma coerente o regime da fixação de horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais.

A Câmara Municipal no uso da competência conferida pela alínea a) do nº 6 do artigo 64.º, para efeitos da alínea a) do nº 2 do artigo 53.º, ambos da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro que a republicou, **delibera apresentar à Assembleia Municipal o projeto de “Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município da Marinha Grande” (Anexo 1).**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - REVOGAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

430 - O nº1 do artigo 3º do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Concelho da Marinha Grande, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 261, de 11 de novembro de 1996, prevê que o mapa do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais poderá ser emitido pela Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande mediante a celebração de protocolo de delegação de competências.

Por deliberação de câmara de 20 de fevereiro de 1997, foi aprovada a minuta de protocolo de delegação de competências para a referida Associação.

Em sequência, a 07 de março de 1997, através da celebração de um protocolo a Câmara Municipal da Marinha Grande delegou para aquela Associação, a competência para a emissão do mapa de horário de funcionamento.

Em 1 de Abril de 2011, com a publicação do Decreto-Lei nº 48/2011 – Licenciamento Zero, o regime dos horários de funcionamento veio sofrer algumas alterações, que entraram em vigor com o funcionamento do Balcão do Empreendedor.

A principal inovação nesta matéria, que advém diretamente do licenciamento zero, assenta na eliminação da obrigatoriedade da emissão do mapa de horário por parte da autarquia, devendo o explorador do estabelecimento proceder a uma mera comunicação prévia no Balcão do Empreendedor.

Face à eliminação da obrigatoriedade da emissão do mapa de horário de funcionamento e à incorporação destas novas exigências no novo Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município da Marinha Grande, deixa de existir sustentação para a vigência do protocolo celebrado entre a Câmara Municipal da Marinha Grande e a Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande.

Face à imposição legal, deve ser revogada a deliberação nº 571 de 20 de fevereiro de 1997 e consequentemente o referido protocolo.

A Câmara Municipal delibera, ao abrigo dos artigos 140º, n.º 1 e 142.º ambos do Código do Procedimento Administrativo, revogar a deliberação nº 571 de 20 de fevereiro de 1997 e o protocolo celebrado entre esta e a Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande em 7 de março de 1997.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM EQUIPAMENTO E MOBILIÁRIO URBANO

431 - O Regulamento de Publicidade e Ocupação de Espaço Público, com Equipamento e Mobiliário Urbano aprovado pela Assembleia Municipal em 14 de janeiro de 2000, veio dotar o município de instrumentos eficazes de controlo da atividade publicitária e demais ocupações do espaço público.

Contudo a evolução normativa e jurisprudencial verificada desde a elaboração do regulamento implicou a reformulação de diversas matérias e a necessária adequação ao regime legal actualmente em vigor.

Simultaneamente com esta revisão dá-se cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei nº 48/2011, de 1 de Abril, comumente designado por «Licenciamento Zero», na parte em que refere a obrigação dos municípios definirem os critérios a que devem estar sujeitas a ocupação de espaço público e a afixação, inscrição e difusão de mensagens publicitárias de natureza comercial.

A Câmara Municipal no uso da competência conferida pela alínea a) do nº 6 do artigo 64º, para efeitos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º, ambos da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro que a republicou, delibera apresentar à Assembleia Municipal o Projeto de Regulamento de Publicidade e Ocupação de Espaço Público com Equipamento e Mobiliário Urbano (Anexo 2).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE.

432 - Com a publicação do Decreto-lei n.º 48/2011, de 1 de abril cumpre ao Município da Marinha Grande adaptar o seu quadro regulamentar às novas injunções legalmente estatuídas, que promovem a simplificação e desmaterialização de procedimentos, reduzem os encargos administrativos, pela via da eliminação de licenças, autorizações e outros atos permissivos, substituindo-os por meras comunicações prévias e comunicações prévia com prazo, para determinadas atividades específicas.

Por forma a assegurar a conformidade da tabela de taxas municipais com o disposto no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, procedeu-se ao levantamento e fundamentação da taxas incluir, através do adequado estudo económico-financeiro das mesmas.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/05/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

Nesta revisão, foram eliminadas as taxas devidas pelo licenciamento do exercício de atividades económicas para as quais o legislador entendeu não ser necessário um controlo prévio, tais como a venda de bilhetes para espetáculos ou divertimentos públicos em agências ou postos de venda, o exercício da atividade de realização de leilões e o licenciamento da exploração de máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrónicas de diversão, em consonância com o Regulamento de Licenciamento das Atividades Diversas Previstas no Decreto-lei n.º 264/2012 de 25 de novembro, e no Decreto-lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro – Transferências para as Câmaras Municipais de Competências dos Governos Cívicos.

Além disso, considerando o previsto no Projeto Regulamento de Publicidade e Ocupação de Espaço Público com Equipamento e Mobiliário Urbano, foram criadas as taxas relativas aos novos regimes simplificados – mera comunicação prévia e comunicação prévia com prazo, fruto da iniciativa legislativa conhecida como “Licenciamento Zero”.

Ainda no âmbito da iniciativa legislativa conhecida como “Licenciamento Zero” e atendendo que o Projeto de Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município da Marinha Grande introduz o regime simplificado da mera comunicação prévia, procedeu-se à inclusão de uma nova taxa para a mera comunicação prévia do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais.

Por último, acrescentou-se como integrante do grupo das entidades isentas do pagamento de taxas, as fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação, por desenvolverem à semelhança das associações sem fins lucrativos previstas atualmente no artigo 15.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, atividades de caráter cultural, de inegável interesse público.

A Câmara Municipal no uso da competência conferida pela alínea a) do nº 6 do artigo 64º, para efeitos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º, ambos da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro que a republicou, delibera apresentar à Assembleia Municipal a alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande (Anexo 3).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 89/AP/GAP/2013

433 - Presente despacho nº 89/AP/GAP/2013 do Sr. Presidente datado de 06 de maio de 2013, que se passa a transcrever:

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/05/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

“Considerando a necessidade de emitir uma licença para a realização de ações de aterro ou escavação que conduzam à alteração do relevo natural no prédio rústico sito em Cumeira, freguesia e concelho da Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº14864, e inscrito na matriz predial rústica da referida freguesia com o artigo n.º 10997, propriedade de Mptool-Engenharia e Produção de Moldes, Lda;

Considerando a urgência alegada pela Requerente para o início da realização daquelas ações no dia de amanhã, uma vez que já adjudicou os trabalhos e reúne todas as condições de logística para a sua execução, encontrando-se já a suportar os encargos de maquinaria e mão-de-obra decorrentes do desenvolvimento daquelas ações;

Considerando que na atual conjuntura económica, é imprescindível encetar todas as diligências com vista ao apoio do setor empresarial local e salvaguarda dos postos de trabalho;

Considerando que nos termos alínea b) do nº 1 do artigo 1.º do Decreto-lei nº 139/89, de 28 de abril, as ações de aterro ou escavação que conduzam à alteração do relevo natural carecem de licença a emitir pela Câmara Municipal;

Considerando a impossibilidade de convocar, nos termos do n.º 2 do artigo 63.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada em anexo à Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, uma reunião extraordinária do órgão competente para a emissão da referida licença, cuja convocatória teria que ser efetuada com pelo menos dois dias úteis de antecedência;

Considerando que, ao abrigo do previsto no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-lei nº 139/89, de 28 de abril, foi emitido parecer favorável pela área da proteção civil, da Divisão de Ordenamento do Território para a realização daquelas ações;

Autorizo a emissão de licença para a realização das ações de aterro ou escavação que conduzam à alteração do relevo natural do prédio rústico identificado, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 1.º do Decreto-lei nº 139/89, de 28 de abril conjugada com o nº 3 do artigo 68.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada em anexo à Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Este ato fica sujeito a ratificação na primeira reunião do órgão executivo a realizar após esta data.”

A Câmara, nos termos do nº3 do artigo 68º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera ratificar a presente proposta.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - ANULAÇÃO DE GUIAS DE RECEITA

434 - Presente informação do GAM- Gabinete de Atendimento ao Munícipe datada de 29 de abril de 2013 e que se passa a transcrever:

“No período de 01-01-2013 a 30-04-2013 foram emitidas guias de receita na aplicação informática POICAL que devem de ser anuladas pelos motivos que passamos a expor:

1-No dia 11 de janeiro de 2013 foram emitidas guias de receita pela renovação dos processos de publicidade e ocupação da via pública com mobiliário urbano, para o ano 2013. Estas renovações têm o dia 31 de janeiro como data limite de pagamento - cfr nº2 do artigo 15º do Regulamento de Publicidade e Ocupação de Espaço Público com Equipamento e Mobiliário Urbano, doravante RPOPEMU.

O não pagamento da renovação da licença implica a sua caducidade, conforme determina a alínea a) do nº 1 do artigo 16º do RPOPEMU.

Assim, por não ter sido efetuado o pagamento no prazo devido é necessário proceder à anulação das guias de receita que a seguir se identificam:

- Guia de receita nº 1342/2 de 11.01.2013, no valor de 23,66€ em nome de Albertino Manuel Ribeiro Lopes;*
- Guia de receita nº 1477/2 de 11.01.2013, no valor de 49,52€ em nome de José Paulo Gonçalves Sequeira;*
- Guia de receita nº 1490/2 de 11.01.2013, no valor de 10,14€ em nome de Cláudio Nuno Nogueira Oliveira;*
- Guia de receita nº 1501/2 de 11.01.2013, no valor de 43,94€ em nome de Diana Patrícia da Silva Nazaré Ferreira Gonçalves;*
- Guia de receita nº 1665/2 de 11.01.2013, no valor de 111,54€ em nome de Saudade Ferreira Unipessoal, Lda;*
- Guia de receita nº 1332/2 de 11.01.2013, no valor de 40,56€ em nome de Joaquim da Conceição Ribeiro;*
- Guia de receita nº 1382/2 de 11.01.2013, no valor de 13,52€ em nome de João Carlos Paiva Santos;*
- Guia de receita nº 1435/2 de 11.01.2013, no valor de 6,76€ em nome de Frutuoso Amado Ferreira;*
- Guia de receita nº 1597/2 de 11.01.2013, no valor de 3,38€ em nome de Cora-Sociedade de Mediação Mobiliária;*
- Guia de receita nº 1662/2 de 11.01.2013, no valor de 13,52€ em nome de Aquiles Joalheiros Comércio de Artigos de Joalharia Ourivesaria e Relógios Lda;*
- Guia de receita nº 1666/2 de 11.01.2013, no valor de 10,14€ em nome de Saudade Ferreira Unipessoal, Lda;*
- Guia de receita nº 1694/2 de 11.01.2013, no valor de 10,14€ em nome de Ink Place, Lda;*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/05/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

É importante referir que foi enviada à Divisão Jurídica uma listagem, através de email de 3 de abril de 2013, que identificava cada uma das situações acabadas de identificar.

2-Foram emitidas guias de receita em duplicado, relativamente à ocupação de lugares do mercado municipal da Marinha Grande, pelo que deverão, as guias de receita a seguir descritas, ser anuladas:

- *Guia de receita nº 19961/2 de 31.12.2012, no valor de 10,00€ em nome de Maria Irene Pereira Domingues;*
- *Guia de receita nº 19616/2 de 27.12.2012, no valor de 40,00€ em nome de Maria Júlia Germano Fragoso Gomes;*
- *Guia de receita nº 17078/2 de 22.11.2012, no valor de 19,68€ em nome de Judite Remigio Belo Meca;*
- *Guia de receita nº 19951/2 de 31.12.2012, no valor de 10,00€ em nome de Maria Anália Feteira Tomé Ferreira;*
- *Guia de receita nº 19929/2 de 31.12.2012, no valor de 120,00€ em nome de Alexmel-Pastelarias, Lda;*
- *Guia de receita nº 19948/2 de 31.12.2012, no valor de 240,00€ em nome de José da Cruz Ferreira;*

3-Foi emitida a guia de receita nº 347/2 de 04.01.2013 em nome de Maria de Fátima Leandro do Nascimento Gomes, no valor de 30,00€, para aquisição de 2 livros de senhas para ocupação de lugares no Mercado Municipal de Viera de Leiria sem equipamento, que a requerente nunca levantou, pelo que esta deverá ser anulada.

Face ao exposto, propomos a anulação das guias de receita acabadas de referir uma vez que não traduzem a existência de uma dívida.”

A Câmara Municipal da Marinha Grande analisou a referida lista e atendendo a que as guias de receita não traduzem a existência de uma dívida delibera anulá-las.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - CASA DA CULTURA” – CP N.º 06/2010 – TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO N.º 191, TOMADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 22 DE ABRIL DE 2013

435 - Presente informação da DOT, com a ref. MF.25.2013, na qual se propõe a aprovação de uma prorrogação do prazo de execução da obra em 25 dias, de acordo com o artigo 374º e com a alínea b) do n.º 2 do artigo 377º, do CCP, da empreitada designada por “Requalificação do Património Stephens – CASA DA CULTURA”, adjudicada à firma “Habitâmega - Construções, SA”..

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.ª MF.25.2013, que fica anexa (Anexo 4) e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera:

- a) Aprovar uma prorrogação do prazo de execução da obra da empreitada designada por “Requalificação do Património Stephens – CASA DA CULTURA”, adjudicada à firma “Habitâmega - Construções, SA”, em 25 dias, de acordo com o artigo 374.º e com a alínea b) do n.º 2 do artigo 377.º, do CCP;
- b) Notificar o empreiteiro para, ao abrigo do artigo 366, n.º 7, do CCP, apresentar um plano de trabalhos ajustado, que reflita o prazo para a execução dos trabalhos de suprimientos de erros e omissões (25 dias) e a prorrogação do prazo de execução da obra aprovado (25 dias);
- c) Aprovar a minuta do contrato a celebrar.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 75.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2013 – RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE ABRIL DE 2013.

436 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal de 24-01-2013, para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 4, do artigo 75.º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, foi deliberado emitir parecer prévio genérico favorável à celebração de contratos de prestação de serviços desde que se verificassem cumulativamente as seguintes condições:

- tratar-se de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, sendo que a obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial só será passível de aplicação com a publicação da Portaria a que alude o n.º 2 do art.º 33.º-A da Lei n.º 53/2006 de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;
- a existência de cabimento orçamental;
- a adjudicação ocorra nos termos do disposto no artigo 128.º do Código dos Contratos Públicos, Regime Simplificado, ou seja, para todas as aquisições de serviços cujo preço contratual não seja superior a 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA);
- o cumprimento da aplicação da redução remuneratória, atento o disposto no n.º 1, do artigo 75.º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, sempre que aplicável;
- não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA) a contratar com a mesma contraparte.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/05/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

Considerando que foi deliberado que a lista dos contratos celebrados deveria ser apresentada em reunião camarária para efeitos da sua apreciação e tomada de conhecimento.

Atento o exposto, remete-se em anexo a lista dos contratos de prestação de serviços celebrados no mês de Abril de 2013 que foram objeto de parecer prévio genérico em reunião camarária de 24-01-2013.

A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento da relação dos serviços adjudicados atenta deliberação camarária de 24-01-2013, pela qual se concedeu parecer prévio genérico à celebração de contratos de prestação de serviços cujo procedimento de contratação pública adotado foi o ajuste direto simplificado preceituado no n.º 1, do art. 128.º, do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS PRAIAS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE PARA A ÉPOCA BALNEAR 2013

437 - A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2013, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011 e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2013, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 10 do art.º 75 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 16/2013 de 17 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66–B/2012, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro e Lei n.º 66–B/2012, de 31 de Dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP que o art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 10 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de agosto e 60-A/2011,

de 30 de novembro, no artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio e mantido em vigor pelo artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2013, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2013, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2012.

Presente a informação n.º CR.04/2013 e requisição interna n.º 11925 do serviço da DISU - Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços de limpeza das praias do concelho da Marinha Grande para a Época Balnear 2013, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 10 do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de limpeza das praias do concelho da Marinha Grande para a Época Balnear 2013, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção de despesa da *“Prestação de serviços de limpeza das praias do concelho da Marinha Grande para a Época Balnear 2013”*, na classificação orgânica/económica 07/020220, ação do PAM 2013/A/69.

Considerando que o preço base a aplicar é de 8.796,60 euros, a acrescer de IVA à taxa 6%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2012, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º 1 do art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a *“Prestação de serviços de limpeza das praias do concelho da Marinha Grande para a Época Balnear 2013”*, por o pagamento ser integral no ano de 2013, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de limpeza das praias do concelho da Marinha Grande para a Época Balnear 2013”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

37 - INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA – RECLAMAÇÃO – STEPAN TOMASHCHUK – DELIBERAÇÃO FINAL

438 - Presente reclamação, apresentada por Stepan Tomashchuk, em resposta à notificação, em sede de audiência prévia, relativa ao indeferimento da candidatura ao benefício de incentivo à natalidade, por não estar recenseado no concelho por período superior a 6 meses.

Presente certidão da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, pela qual se atesta que o requerente Stepan Tomashchuk não tem capacidade eleitoral, de acordo com a Declaração n.º 252/2009, de 23 de julho.

Presente informação da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento n.º 41/2013, de 14 de janeiro de 2013;

Presente informação da Divisão Jurídica e de Comunicação n.º 250/2013, de 04 de fevereiro de 2013.

Considerando que está comprovada a impossibilidade legal de recenseamento e que está demonstrado o domicílio fiscal do requerente no concelho da Marinha Grande;

Considerando que a razão de ser do requisito (recenseamento por período superior a 6 meses) se destina a vedar o acesso ao incentivo à natalidade a cidadãos recenseados noutros concelhos;

Considerando a garantia constitucional de igual tratamento e a atribuição de direitos aos estrangeiros residentes em Portugal (artigos 13.º e 15.º, da Constituição);

Considerando que a falta de recenseamento do requerente se deve a facto que não lhe é imputável e pelo qual não pode ser negativamente afetado.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 64.º, nº. 4, alínea c), da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de janeiro e com o artigo 9.º, do Regulamento de incentivo à natalidade e apoio à família, delibera, em conformidade com a garantia constitucional de igual tratamento e a atribuição de direitos aos estrangeiros residentes em Portugal (artigos 13.º e 15.º, da Constituição), deferir a candidatura de Stepan Tomashchuk, com o contribuinte n.º 239031610, constante no anexo 1, apresentada no 3.º trimestre de 2012.

Mais delibera, que se proceda ao pagamento relativo à 1.ª e 2.ª tranche do incentivo, no valor total de 1000,00€ (mil euros), definindo as seguintes datas limite para a entrega dos documentos comprovativos de despesa:

Limite de entrega de documentos para 1.ª tranche – 500,00€	até 29/06/2013
Limite de entrega de documentos para 2.ª tranche – 500,00€	até 30/09/2013

Delibera ainda que a não apresentação dos referidos documentos dentro dos prazos estabelecidos, determina a caducidade automática da atribuição do presente benefício, cessando, desta forma, os efeitos jurídicos da presente deliberação.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.

38 - REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE À TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 2.º ESQUERDO DO BLOCO 5 SITO NA RUA PROFESSOR MELO VIEIRA, CASAL DE MALTA – MARIA ISMÉNIA COSTA PEREIRA – POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

439 - Presente informação n.º 1463 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 2 de maio do corrente ano, referente à necessidade de reapreciação do valor da renda da habitação social, sita na morada em epígrafe.

Considerando que o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/05/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que ficou demonstrada a alteração de rendimentos da família em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda pode ser reajustada a todo o tempo, em função da alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar.

A Câmara analisou a referida informação e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder à reapreciação da renda de habitação social, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:

Rua Professor Melo Vieira

MORADOR	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENTA/12	RENTA/13
Maria Ismênia Pereira	2.º Esq.º	03/04/2000	108,71€	39,54€

Mais delibera que a renda a aplicar, no valor de 39,54€ (trinta e nove euros e cinquenta e quatro cêntimos) e, calculada nos termos do Decreto-Lei, n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir de junho do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

39 - RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO N.º 589, TOMADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 15 DE JULHO DE 2010, COM O TÍTULO: "ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA DE INQUILINA RESIDENTE NA RUA DA CHARNEQUINHA, BLOCO 44 RÉ-DO-CHÃO ESQUERDO, MOITA: CARLA SOFIA PAULO DE JESUS."

440 - Em reunião de câmara datada de 15 de julho de 2010 e no uso de competência prevista na alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, *"a Câmara Municipal deliberou concordar com o pagamento do valor total da dívida (onde constava como dívida 280,29€, na informação n.º 988, de 22 de junho de 2010), em seis prestações mensais, no valor unitário de 46,72€, acrescido do pagamento de uma renda mensal (...)"*.

Anteriormente, já havia sido celebrado um outro acordo de regularização com a supracitada inquilina, por forma a ser liquidada uma dívida referente também a rendas em atraso, no valor de 132,22€ e a pagar em 3 prestações de 44,07€.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/05/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

Considerando que de acordo com informações prestadas pela DFTI, o valor global dos acordos pagos perfaz um total de 412,53€;

Considerando que a dívida referente aos dois acordos perfaz um total de 421,51€;

Considerando que por esse motivo ficaram por liquidar 8,98€ (oito euros e noventa e oito cêntimos);

Considerando que a referida diferença de valor se deve ao facto de ter ocorrido um engano aquando da indicação do valor total da dívida e, consequentemente no valor da prestação mensal a pagar, por ocasião do 2.º acordo de regularização de dívida;

Considerando que a dívida era de 289,29€, ao invés dos 280,29€, indicados na informação da DASED n.º 988, de 22 de junho de 2010;

Considerando que a inquilina já procedeu ao pagamento do valor em falta, através da guia de receita n.º 443/1, de 29 de abril do corrente ano,

A Câmara Municipal ao detetar esse erro, delibera, ao abrigo do artigo 148.º do Código do Procedimento Administrativo, retificar a incorreção existente na deliberação n.º 589, tomada em reunião de câmara de 15 de julho de 2010, com efeitos retroativos àquela data.

Assim, onde se lê *“a Câmara Municipal deliberou concordar com o pagamento do valor total da dívida em seis prestações mensais, no valor unitário de 46,72€, acrescido do pagamento de uma renda mensal (...)”* deve ler-se: *“a Câmara Municipal deliberou concordar com o pagamento do valor total da dívida em seis prestações mensais, no valor unitário de 48,22€, acrescido do pagamento de uma renda mensal (...)”*

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4º - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia quinze de maio de dois mil e treze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **2.551.815,68 €** (dois milhões, quinhentos e cinquenta e um mil oitocentos e quinze euros e sessenta e oito cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

441 - De acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

1. REQ. N.º 129/13 – PC N.º 29/13 – FRANCLIM JOSÉ SILVA ANDRÉ
2. REQ. N.º 148/13 – PC N.º 224/12 – VASCO MANUEL GOMES SILVA
3. REQ. N.º 705/13 – PC N.º 47/13 – NUNO MIGUEL CARPINTEIRO ANDRÉ
4. REQ. N.º 513/13 – PC N.º 88/13 – IMOPLASTIC - INDÚSTRIA DE MOLDES E PLÁSTICOS, LDA
5. REQ. N.º 683/13 – PC N.º 91/12 – JOÃO PEDRO GASPAR PEREIRA BRANCO
6. REQ. N.º 246/13 – PC N.º 643/05 – FERNANDO FERREIRA BARBEIRO
7. REQ. N.º 246/13 – PC N.º 643/05 – SARA CATARINA DA SILVA SIMÕES
8. REQ. N.º 556/11 – PC N.º 98/10 – ANA LUÍSA AGOSTINHO CORREIA
9. REQ. N.º 522/13 – PC N.º 355/11 – MARÇAL JULIO FONTES
10. REQ. N.º 515/13 – PC N.º 55/12 – PEDRO MIGUEL DOS SANTOS TEIXEIRA
11. REQ. N.º 668/13 – PC N.º 366/06 – TANIA CATARINA MARTINS BERTOLO
12. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DA REDE DE COLECTORES DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS E PLUVIAIS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE.
13. INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE - APRECIACÃO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 1º, 2º E 3º TRIMESTRES DO ANO 2012 - PROCESSO DE ATRIBUIÇÃO DA 2.ª TRANCHE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - REQ. N.º 129/13 – PC N.º 29/13 – FRANCLIM JOSÉ SILVA ANDRÉ

442 - Presente processo de licenciamento, em nome de Franclim José Silva André, com o NIF 111061849, residente na rua Dr. José Baptista de Sousa, n.º 39, 1º Esq.º, Lisboa, para a

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/05/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

alteração e ampliação de um edifício destinado a habitação unifamiliar, existente na rua da Ponte, n.º 4, Picassinos, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2790 e na matriz predial urbana sob o n.º 4080, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 14/05/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

Presente processo antecedente, n.º 1464/1957, em nome de José André, deferido em reunião de Câmara de 13 de Junho de 1957.

A Câmara Municipal deliberou:

Deferir o processo de licenciamento, em nome de Francim José Silva André, com o NIF 111061849, residente na rua Dr. José Baptista de Sousa, n.º 39, 1ª Esq.ª, Lisboa, para a alteração e ampliação de um edifício destinado a habitação unifamiliar, existente na rua da Ponte, n.º 4, Picassinos, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2790 e na matriz predial urbana sob o n.º 4080, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

2.- Executar a totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - REQ. N.º 148/13 – PC N.º 224/12 – VASCO MANUEL GOMES SILVA

443 - Presente processo de licenciamento, em nome de Vasco Manuel Gomes Silva, com o NIF 190323060, residente na estrada da Nazaré, n.º 48, Moita para a ampliação de um edifício destinado a comércio, existente na estrada da Nazaré, n.º 48, Moita, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 420 e na matriz predial urbana sob o n.º 375, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 13/05/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

Presente parecer externo favorável da Delegação Regional de Leiria das Estradas de Portugal, S.A., datado de 08/02/2012, acompanhado da respetiva certidão, emitida a 13/02/2012.

A Câmara Municipal deliberou:

Deferir o processo de licenciamento, em nome de Vasco Manuel Gomes Silva, com o NIF 190323060, residente na estrada da Nazaré, n.º 48, Moita, para a ampliação de um edifício destinado a comércio, existente na estrada da Nazaré, n.º 48, Moita, no prédio

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/05/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 420 e na matriz predial urbana sob o n.º 375, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;
- 2.- Executar a totalidade dos trabalhos necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 705/13 – PC N.º 47/13 – NUNO MIGUEL CARPINTEIRO ANDRÉ

444 - Presente pedido de licenciamento de remodelação e ampliação de moradia existente, a levar a efeito num prédio localizado na Avenida do Farol, nº 24, Lugar de S. Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, inscrito na Matriz n.º 3788 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6063.

Presente informação técnica dos serviços de 13/05/2013 que atesta a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do projeto de arquitetura apresentado.

Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do Art.º 20º do do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da Lei nº 28/2012, de 2 de setembro.
2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
3. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 513/13 – PC N.º 88/13 – IMOPLASTIC - INDÚSTRIA DE MOLDES E PLÁSTICOS, LDA

445 - Presente processo de licenciamento, em nome de IMOPLASTIC - INDÚSTRIA DE MOLDES E PLÁSTICOS, LDA., com o NIPC 500 988 757, com sede em Estrada do Pero Neto, Cova das Raposas, apartado n.º 172, 2431 – 902 Marinha Grande, para a construção de um edifício destinado a armazém, a construir na Travessa da Calçada, N.º 14, Guarda Nova, Marinha Grande, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.º 7601 e 9098, inscritos respetivamente na matriz predial urbana sob o n.º 5502 e na rústica sob o n.º 9505, da freguesia e concelho da Marinha Grande;
Presentes informações técnicas datadas de 13/05/2013 que atestam encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

A Câmara Municipal deliberou:

Deferir o processo de licenciamento, em nome de IMOPLASTIC - INDÚSTRIA DE MOLDES E PLÁSTICOS, LDA., com o NIPC 500 988 757, com sede em Estrada do Pero Neto, Cova das Raposas, apartado n.º 172, 2431 – 902 Marinha Grande, para a construção de um edifício destinado a armazém, a construir na Travessa da Calçada, N.º 14, Guarda Nova, Marinha Grande, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.º 7601 e 9098, inscritos respetivamente na matriz predial urbana sob o n.º 5502 e na rústica sob o n.º 9505, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com o seguinte condicionalismo:

1.- Assegurar a execução da totalidade dos trabalhos necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente a execução do passeio na frente do terreno, nos termos definidos no projeto apresentado.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N.º 683/13 – PC N.º 91/12 – JOÃO PEDRO GASPAR PEREIRA BRANCO

446 - Presente processo de licenciamento, em nome de João Pedro Gaspar Pereira Branco e de Inês Mariana Grácio Ascenso portadores do NIF 224927973 e do NIF 236745190, respetivamente, residentes na Rua da Charnequinha, n.º 14, Freguesia de Moita, Concelho de Marinha Grande, para:

- Construção de uma moradia T3 de rés-do-chão e garagem;

- Construção (legalização) e alteração de edifício destinado a arrumos, complementar da moradia;
- Obra demolição de parte de edifício existente;

Todos requeridos para o prédio com 810 m², sito na Rua da Lameira, na Moita, registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1237 e na matriz predial rústica sob o n.º 564, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 02/05/2013.

Presente informação técnica dos serviços de 14/05/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Dec-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da lei nº 28/2012, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N.º 246/13 – PC N.º 643/05 – FERNANDO FERREIRA BARBEIRO

447 - Presente processo de licenciamento, em nome de Fernando Ferreira Barbeiro, com o NIF 109509544, residente na rua D. Fernando I, n.º.12 1º, - S. Pedro de Moel, para a instalação de um estabelecimento destinado a Talho, num edifício existente na rua D. Fernando I, n.º.12, - S. Pedro de Moel, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10147 e na matriz predial urbana sob o n.º 5496, da freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica datada de 14/05/2013 que atesta estar o processo apto a merecer aprovação.

Presente parecer técnico favorável emitido a 14/03/2013 pela Administração Regional de Saúde.

Presente parecer técnico favorável do serviço médico-veterinário, emitido a 15/04/2013, cujos condicionalismos se transcrevem para a presente deliberação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou:

Deferir o processo de licenciamento, em nome de Fernando Ferreira Barbeiro, com o NIF 109509544, residente na rua D. Fernando I, n.º 12 1º, - S. Pedro de Moel, para a instalação de um estabelecimento destinado a Talho, num edifício existente na rua D. Fernando I, n.º 12, - S. Pedro de Moel, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10147 e na matriz predial urbana sob o n.º 5496, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1.- Assegurar a execução da totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra;

2.- Garantir o cumprimento em obra dos condicionalismos expressos no parecer técnico da autoridade veterinária, que se transcrevem:

1.- Abastecimento do lavatório instalado na zona de atendimento ao público, com água corrente quente (alínea f) do n.º 1 do art.º 9º do Anexo ao D.L. n.º 207/2008 de 23 de outubro e n.º 4 do Cap. I do Anexo II do Regulamento (CE) n.º 852/2004 de 29 de abril).

2.- Características dos materiais de revestimento da estrutura instalada junto à entrada da instalação sanitária. Salienta-se que, os mesmos deverão ser lisos, resistentes, facilmente laváveis, impermeáveis e imputrescíveis.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2. Nos termos do art. 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N.º 246/13 – PC N.º 643/05 – SARA CATARINA DA SILVA SIMÕES

448 - Presente pedido de licenciamento em nome de SARA CATARINA DA SILVA SIMÕES, com NIF 220752494, residente na Rua Vale das Noras, nº 8, Pilado, referente à construção de moradia T3 de cave e rés-do-chão, localizada num prédio sito na Rua Vale das Noras,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/05/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

lugar de Pilado, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 19761/20130205 e inscrito na matriz predial rústica sob o nº 7492 e 7495, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 04/04/2013.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2012, de 30 de março e da Lei n.º 28/2012, de 2 de setembro. Presente informação técnica dos serviços de 15/05/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados, apto a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Decreto-Lei n.º 26/2012, de 30 de março e da Lei n.º 28/2012, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N.º 556/11 – PC N.º 98/10 – ANA LUÍSA AGOSTINHO CORREIA

449 - O presente processo refere-se ao pedido de licenciamento de construção de moradia unifamiliar e garagem, a que foi atribuído o número de processo 98/10, incidente sobre um prédio sito na Rua da Juventude, Lugar de Picassinos, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Ana Luísa Agostinho Correia, com o NIF n.º 169385930, com residência na Rua 10 de Junho, n.º 76, Lugar de Picassinos, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na Reunião de Câmara de 07/04/2011.

Presente informação técnica datada de 10/05/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 07/04/2011, foi deferido o pedido de licenciamento de construção de moradia unifamiliar e garagem,

incidente sobre um prédio sito na Rua da Juventude, Lugar de Picassinos, Freguesia de Marinha Grande, Concelho de Marinha Grande.

-O titular do processo de licenciamento nº 98/10, Ana Luísa Agostinho Correia, com o NIF nº 169385930, com residência na Rua 10 de Junho, nº 76, Lugar de Picassinos, Freguesia de Marinha Grande, foi regularmente notificado pelo ofício nº 338/13, de 05/04/2013, rececionado em 10/04/2013, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;

-Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 02/05/2013;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um de um ano previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que o titular do processo nº 98/10, Ana Luísa Agostinho Correia, tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera declarar a caducidade do licenciamento de construção de moradia unifamiliar e garagem, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no nº 2 do mesmo artigo e diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N.º 522/13– PC N.º 355/11 – MARÇAL JULIO FONTES

450 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 522/13 de 10/04/2013, de Marçal Júlio Fontes, com o NIF 133936368, residente em Rua Poço da Quinta, nº 10, Freguesia de Ribamar, Município de Lourinhã, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo nº 255/11.

Presente parecer técnico datado 14/05/2013, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no nº 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da República, 2.ª Série, nº 95, de 17/05/2010

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua das Raízes, nº 6, lugar de Casal Galego, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de Marçal Júlio Fontes, residente em Rua Poço da Quinta, nº 10, Freguesia de Ribamar, Município de Lourinhã, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheira Maria João Oliveira
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte
- 2) **Membros suplentes**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

10 - REQ. N.º 515/13— PC N.º 55/12 — PEDRO MIGUEL DOS SANTOS TEIXEIRA

451 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 515/13 de 09/04/2013, de Pedro Miguel dos Santos Teixeira, com o NIF 197905730, residente em Rua Principal, n.º 16 A, R/C A, lugar de Pedrulheira, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 55/12.

Presente parecer técnico datado 14/05/2013, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 95, de 17/05/2010

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual — RJUE — Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua das Rosas, lugar de Pedra de Baixo, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de Pedro Miguel dos Santos Teixeira, residente em Rua Principal, n.º 16 A, R/C A, lugar de Pedrulheira, Freguesia de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheira Maria João Oliveira
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte
- 2) **Membros suplentes**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

11 - REQ. N.º 668/13– PC N.º 366/06 – TANIA CATARINA MARTINS BERTOLO

452 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 668/13 de 03/05/2013, de Tânia Catarina Martins Bertolo, com o NIF 212914049, residente em Rua Vale das Noras, n.º 42, lugar de Pilado, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 366/06.

Presente parecer técnico datado 08/05/2013, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 95, de 17/05/2010

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua dos Moleirinhos, lugar de Pilado, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de Tânia Catarina Martins Bertolo residente em Rua Vale das Noras, n.º 42, lugar de Pilado, Freguesia de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheira Maria João Oliveira
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte
- 2) **Membros suplentes**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

**12 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO
º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE
ESTADO PARA O ANO DE 2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E
DESOBSTRUÇÃO DA REDE DE COLECTORES DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS E
PLUVIAIS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE.**

453 - A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2013, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011 e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2013, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 10 do art.º 75 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 16/2013 de 17 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66–B/2012, de 31 de

dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro e Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP que o art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 10 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de agosto e 60-A/2011, de 30 de novembro, no artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio e mantido em vigor pelo artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2013, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2013, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2012.

Presente a informação n.º AR.04.2013 e requisição interna n.º 11701 do serviço da DISU - Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços de Limpeza e Desobstrução da Rede de Colectores de Águas Residuais Domésticas e Pluviais No Concelho de Marinha Grande, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 10 do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013.

Considerando que em reunião camarária de 07-03-2013 foi deliberado, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de limpeza e desobstrução da rede de colectores de águas residuais domésticas e pluviais no concelho de Marinha Grande”* e que por despacho do Sr. Presidente, datado de 19 de Março de 2013 foi aberto o P.A. n.º 06/2013-AP/DISU, tendo sido adoptado o procedimento de Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos e o preço base a aplicar deliberado foi de 29.200,00 euros, a que corresponde o preço unitário hora de 31,50€, ambos a acrescer de IVA à taxa 6%.

Considerando que o preço base foi determinado respeitando à redução remuneratória de 10%, atento contrato o celebrado em 2012, e em cumprimento do preceituado no n.º 1 do art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Considerando que das entidades convidadas no âmbito do P.A. N.º 06/2013-AP/DISU, foram apresentadas duas propostas, uma no valor de 46.350,00€ e outra no valor de 38.238,75€, ambas acrescidas de IVA à taxa de 6%, a que correspondem os preços unitários de 50,00€ e 41,25€, respectivamente, ambos acrescidos de IVA à taxa de 6%.

Considerando que as duas propostas apresentadas no âmbito do processo referido no parágrafo anterior ultrapassaram o preço base de 29.200,00€, pelo que, por despacho do Sr. Vice-Presidente de 08 de abril de 2013 foi determinada a não adjudicação do P.A. n.º 06/2013-AP/DISU, após a realização de audiência prévia.

Considerando que em reunião camarária de 04-04-2013 foi deliberado manter o parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de limpeza e desobstrução da rede de colectores de águas residuais domésticas e pluviais no concelho de Marinha Grande”* tendo ainda sido determinado que fosse adotado o procedimento por concurso público previsto nos artigos 16º n.º 1, alínea b), 20.º n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos, de modo a alargar o leque das empresas passíveis de apresentação de propostas, tendo em vista a satisfação da necessidade identificada pelos serviços da DISU, mantendo-se o preço base de 29.200,00€.

Considerando que por despacho do Sr. Vice-Presidente, datado de 08 de abril de 2013, foi aberto o P.A. n.º 12/2013-AP/DISU, tendo sido adoptado o procedimento de Concurso Público previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Público e que foram apresentadas três propostas: uma com o valor de 42.178,50€, outra com o valor de 64.890,00 € e outra com o valor de 61.625,00€, o que corresponde a um preço unitário hora de 45,50€, 70€ e 66,48€, respetivamente, todos os valores acrescidos de IVA à taxa de 6%.

Considerando que todas as três propostas apresentadas no âmbito do processo de concurso público referido no parágrafo anterior ultrapassaram o preço base de 29.200,00€, pelo que, por despacho do Sr. Presidente de 30 de abril de 2013 foi determinada a não adjudicação do P.A. n.º 12/2013-AP/DISU.

Considerando que em reunião camarária de 02-05-2013 foi deliberado, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de limpeza e desobstrução da rede de colectores de águas residuais domésticas e pluviais no concelho de Marinha Grande”* e que por despacho do Sr. Presidente, datado de 07 de Maio de 2013 foi aberto o P.A. n.º 18/2013-AP/DISU, tendo sido adoptado o procedimento de Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos com o preço base de 38.238,75€, a que corresponde o preço unitário hora de 41,25€, ambos a acrescer de IVA à taxa 6%.

Considerando que no âmbito do P.A. N.º 18/2013-AP/DISU, foram apresentadas duas propostas: uma com o valor de 64.890,00€ e outra com o valor de 42.178,50€, a que corresponde um preço unitário hora de 70,00€ e 45,50€, respetivamente, todos os valores acrescidos de IVA à taxa de 6% e que ambas as propostas ultrapassaram o preço base de 38.238,75€, tendo o júri emitido relatório preliminar a propor a não adjudicação do P.A. n.º 18/2013-AP/DISU, encontrando-se este em fase de audiência prévia.

Considerando que de acordo com a informação da DISU a gestão das redes de saneamento de águas residuais é um serviço público de carácter estrutural da incumbência do município, nos termos da alínea l) do n.º 1 do artigo 13.º e do n.º 1 do artigo 26.º, ambos da Lei 159/99 de 14 de setembro e que a contratação do serviço de *“Prestação de serviços de limpeza e desobstrução da rede de colectores de águas residuais domésticas e pluviais no concelho de Marinha Grande”* é premente urgente e imprescindível a contratação dos serviços de limpeza e desobstrução de coletores, por estar em causa a saúde pública, atento o prazo decorrido desde o primeiro procedimento despoletado em 19-03-2013.

Considerando que a autarquia não possui meios técnicos e humanos para a prestação deste serviço.

Considerando assim que se mantém a necessidade identificada pela DISU na informação n.º AR.04.2013 e requisição interna n.º 11701, pelo que se propõe a realização de novo procedimento por Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €, convidando a apresentar proposta a empresa CARVALHO & LOPES - SOCIEDADE TRANSPORTES RESÍDUOS E SANEAMENTO, LDA, mantendo o preço base do P.A. n.º 18/2013-AP/DISU que deverá ser de 38.238,75 €, a que corresponde o preço unitário hora de 41,25€, ambos os valores a acrescer de IVA à taxa de 6%.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de limpeza e desobstrução da rede de colectores de águas residuais domésticas e pluviais no concelho de Marinha Grande, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/05/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2013 e 2014 para a contratação de serviços de limpeza e desobstrução da rede de colectores de águas residuais domésticas e pluviais no concelho de Marinha Grande, na classificação orgânica/económica 07/020225, ação do PAM 2012/A/130 tendo sido emitidos os cabimentos n.ºs 1152/2013 e 1153/2013 .

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar para *“Prestação de serviços de limpeza e desobstrução da rede de colectores de águas residuais domésticas e pluviais no concelho de Marinha Grande”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 28/12/2012, deliberou conceder autorização prévia genérica favorável à Câmara Municipal para a assunção de compromissos plurianuais em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de limpeza e desobstrução da rede de colectores de águas residuais domésticas e pluviais no concelho de Marinha Grande”* atento o preço base indicado de 38.238,75 €, a que corresponde o preço unitário hora de 41,25€, ambos os valores a acrescer de IVA à taxa de 6% e considerando a justificação apresentada para a determinação do mesmo.

A presente deliberação produz efeitos após o término da audiência prévia do PA 18/2013-AP/DISU.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/05/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

13 - INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE - APRECIACÃO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 1.º, 2.º E 3.º TRIMESTRES DO ANO 2012 - PROCESSO DE ATRIBUIÇÃO DA 2.ª TRANCHE

454 - A Câmara Municipal, na reunião de camarária de 29 de novembro de 2012, deliberou aprovar o deferimento das candidaturas relativas ao 1.º, 2.º e 3.º trimestres de 2012, constantes nos anexos I, II e III, e proceder ao pagamento da 1.ª tranche aos respetivos requerentes.

Mais deliberou, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande, autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, aos requerentes supramencionados.

Por sua vez, a Assembleia Municipal, na sua reunião de 28 de dezembro de 2012, analisou a documentação, submeteu-a à votação, e deliberou por unanimidade conceder a autorização para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro.

A Câmara Municipal analisou o exposto e delibera ao abrigo da alínea c), do nº 4, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e de acordo com o disposto no artigo 9.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, proceder à atribuição de apoio relativo à 2.ª tranche do incentivo aos requerentes do 1.º, 2.º e 3.º trimestres de 2012, constantes nos quadros infra, definindo como data limite para a entrega dos documentos comprovativos de despesa relativos à 2.ª tranche, por parte dos requerentes, o dia 14 de junho de 2013:

1.º TRIMESTRE 2012			
Nº	Nome do Requerente	NIF	Estimativa Pagamento 2013
ANTES DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO			
1	Liliana Maria Cruz de Matos Rodrigues	218357010	250,00€
2	Ana Lúcia da Silva Augusto	228880432	250,00€
3	Elisabete Gaspar Pedro Duarte	206004362	350,00€
4	Jacinta Rodrigues Valério	229988385	250,00€
5	Débora Brites Pereira da Silva	206507801	250,00€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/05/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

6	Mónica Sofia Alves Lopes	225607794	250,00€
7	Susana Patrícia Pedrosa Miguel	220720754	250,00€
8	Márcia Margarida Martins Marques do Nascimento	224902440	250,00€
9	Carlos Alberto Ribeiro Coelho	221210768	250,00€
10	Carlos Manuel Lourenço de Oliveira	192818368	250,00€
11	Nuno Miguel Duarte Gomes	206654936	250,00€
12	Ana Cristina Carvalho Amado	197370144	250,00€
13	Delfina de Bastos Sousa	214099016	250,00€
14	Rita Alexandra Batista Póvoa	226673871	250,00€
15	Catarina Isabel Subtil Raimundo	165718862	250,00€
16	Cláudia Catarina de Almeida Mota Martins Dias	173538401	250,00€
17	Gonçalo Ricardo Rodrigues Carvalheiro	230052363	250,00€
18	Joana Leandra Ferreira Marques Duarte de Sousa	209339438	250,00€
19	Gustavo José da Costa Frade	213803259	250,00€
20	Octávio dos Santos Botelho	228166004	250,00€
21	Fabiana dos Santos Guarda	202422267	250,00€
22	Mariana Lobo Tavares de Abranches de Figueirôa Martinho Gonçalves	216317240	250,00€
23	Filipe Alexandre Soares Luís	221816313	350,00€
24	Nuno Miguel Gomes Ferreira Norte de Jesus	225217058	250,00€
25	Marco Filipe Santos Barros	201880415	250,00€
26	Ana Filipa Tenório de Abreu e Sousa	199152985	250,00€
27	Sandra Sofia Mourinho Pereira	223065455	250,00€
28	Alice Sofia Sousa Santos	213675994	350,00€
29	Ricardo José Lourenço Mendes	206167598	250,00€
30	João Luís Martins Salgueiro	197905714	250,00€
31	Ana Sofia da Silva Vitorino	220747644	350,00€
32	Nélia Alexandra Dias Salvador	204889286	250,00€
33	Sofia Catarina de Carvalho Sanches Lopes	219712409	350,00€
34	Elsa Sofia Martinho Ruivo	214184242	250,00€
35	Filipe Emanuel Correia Cambiais Valente	242446582	250,00€

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/05/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

36	Rute Alexandra dos Santos Soares Ferreira	215571177	250,00€
37	Joana Rita Ferreira de Oliveira Gomes	205902090	250,00€
38	Ana Marta Guerra Mendes Fernandes Duarte	230794718	250,00€
APÓS A ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO			
39	Pedro Alexandre Mendes Morais	169385922	500,00€
40	Liliana Cristina Coutinho Matias Carlos	215976827	125,00€
41	Melanie Eheleben	231423896	500,00€
TOTAL GERAL			11.125,00€

2.º TRIMESTRE 2012			
Nº	Nome do Requerente	NIF	Estimativa Pagamento 2013
1	Virgínia Alexandra dos Santos Almeida Vilas Boas	228129800	125,00€
2	David João Marques dos Santos Soares	208217266	125,00€
3	Liliana Marisa Gomes Ribeiro	211079960	125,00€
4*	Sebastian Marcelino Gonçalves	220477558	250,00€*
5	Daniel Francisco Lourenço	209039213	125,00€
6	Mara Andrea Bordalo Barata	217693547	125,00€
7	Ricardo Augusto Morais Galo	166360546	500,00€
8	Vânia Patrícia Simão Ferreira Santos	227117441	125,00€
9	Sandra Cristina Silvestre Alves	214339696	125,00€
10	José Miguel Gonçalves Afonso	228544173	125,00€
11	Valéria Batista Gonçalves Leal	202968782	125,00€
12	Fátima Alexandra Pereira Pinto	261201930	500,00€
13	Júlio Miguel Simões Ribeiro	199274886	125,00€
14	Nuno Miguel Lopes Machado	205231705	125,00€
15	Jasvir Singh	232632375	500,00€
16	Pedro Miguel Mendes Guerra Marques Cortez	207816433	125,00€
17	Vânia Alexandra da Silva Sousa	214390497	125,00€

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/05/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

18	João António de Paiva Mascarenhas	229278728	125,00€
19	Alexandru Pricop	232930961	500,00€
20	Sandra Cristina Gomes Carqueijeiro	204602351	125,00€
21	Paulo José Guerra Duarte	205005454	125,00€
22	Elsa Sónia da Rocha Tarelho	206193521	125,00€
23	Dora Isabel Assunção Ribeiro	219983828	125,00€
24	António Leonel Filipe	182593355	500,00€
25	Vânia Cristina da Silva Matos	253453569	125,00€
26	Dália Maria Pedrosa Duarte	186904975	500,00€
27	António Jorge Mendes Comenda	221500570	125,00€
28	Sérgio Martinho Coelho Marques	153884428	125,00€
29	Rui Pedro de Sousa Rocha	200433180	125,00€
30	Sónia Maria de Amorim Pereira	210771518	125,00€
TOTAL GERAL			6,125,00€
*	Candidatura de gémeos		

3.º TRIMESTRE 2012			
Nº	Nome do Requerente	NIF	Estimativa Pagamento 2013
1	Paulo César da Silva Serra	195424077	500,00 €
2	Tânia Marina Ferreira Guerra	218136013	125,00 €
3	Rui Acácio Grangeiro da Silva	210517573	125,00 €
4	Tânia Filipa Nunes Faustino	229123287	125,00 €
5	Lúcio José Gonçalves de Sousa Gomes	212102702	125,00 €
6	Carla Susana Rodrigues do Vale	218443960	125,00 €
7	Marco Aurélio Ramos Francisco	224292242	125,00 €
8	Cristiana Sofia Neto de Oliveira	222156775	125,00 €
9	Marlene da Silva Costa	228457874	125,00 €
10	Liliana Alexandre de Jesus	222590939	125,00 €

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/05/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

11	Vânia Vieira de Faria Patrício	204811015	125,00 €
12	Cátia Sofia Ascensão Pereira da Silva	245419063	500,00 €
13	Filipe José Rodrigues de Barros	214693341	125,00 €
14	Dulce Leal Roque	212347144	500,00 €
15	Sónia Paula Marques Teixeira Correia Lourenço	208824502	125,00 €
16	Pascoal Carlos Lopes	212609335	125,00 €
17	Cláudia Pereira Fonseca	219986762	125,00 €
18	Célia Patrício Valente de Oliveira	211796751	125,00 €
19	Débora Sofia Gil Ferreira Ribeiro	224013890	500,00 €
20	Paula Cristina Gonçalves Lemos	195142640	125,00 €
21	Célia Cristina Guilherme Rodrigues	205469078	125,00 €
22	Bruno Miguel dos Santos Jordão	229908861	125,00 €
23	Juliana Isabel Ferreira dos Santos	256835772	500,00 €
24	Sónia Alexandra Ladeira Belo	221645900	125,00 €
25	Anabela Coelho Pereira	210630027	125,00 €
26	Paulo José Antunes Soares	203933303	125,00 €
27	Catarina Alexandra Dias Prates	212762508	500,00 €
28	Nuno Filipe Santos Salgueiro	216673305	125,00 €
29	Susana Cristina Monteiro Guerra Pereira	194348369	500,00 €
30	David Nuno Filipe Augusto	236783505	125,00 €
31	Flávia Catarina Amorim da Costa	228978076	125,00 €
32	Elsa Marisa Abreu Francisco	219888779	125,00 €
33	Helena Margarida Cotovio Fernandes	227764986	125,00 €
34	António Manuel de Castro Araújo	217788262	125,00 €
35	Márcio Alexandre Oliveira Dias	219402477	125,00 €
36	Pedro Daniel Paulo Campos Claro	207423202	125,00 €
37	Tiago Noel Duarte Ventura	217896111	125,00 €
38	Mariana do Carmo Correia Marques	221975292	125,00 €
39	Pedro Alexandre da Silva Cordeiro	222854910	500,00 €
40	Inês Pereira Martins	243073500	500,00 €
41	Filipe Manuel Marques Carvalho	200121251	125,00 €

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/05/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

42	Lisete Sousa Santos	212012568	125,00 €
43	Isa Adriana Rocha Paixão	245087010	125,00 €
44	Cristiano Rafael da Silva Florêncio	218220570	125,00 €
TOTAL GERAL			8.875,00€

Delibera ainda que a não apresentação dos referidos documentos dentro do prazo estabelecido, determina a caducidade automática da atribuição do presente subsídio, cessando, desta forma, os efeitos jurídicos da presente deliberação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

No final da reunião o Sr. Presidente entregou aos Srs. Vereadores da oposição as respostas escritas relativas às questões apresentadas na última reunião da Câmara, que se anexam à presente ata (**Anexo 5**) e cujo conteúdo se dá por integralmente reproduzido.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

455 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 13:40 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

O Presidente

A Secretária da reunião